

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**PRONOMES PESSOAIS DE 2ª E 3ª PESSOAS COM FUNÇÃO DATIVA
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Maria Aparecida Andrade dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Cecília de Souza Rodrigues

São Paulo

2005

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**PRONOMES PESSOAIS DE 2ª E 3ª PESSOAS COM FUNÇÃO DATIVA
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

MARIA APARECIDA ANDRADE DOS SANTOS

São Paulo

2005

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de mestrado:

À Deize Crispim Pereira, por sua imensurável generosidade, bem como por sua constante disponibilidade e acima de tudo pela amizade fraternal.

À minha mãe, D. Lurdes, primeira expressão de amor à qual tive acesso no mundo. Pessoa paciente e generosa, de quem herdei a retidão de caráter.

Ao meu pai, Cirilo José dos Santos (em memória), nordestino teimoso, de quem carrego os traços da persistência.

A Antônio Sérgio, meu marido, companheiro de toda uma vida.

Ao meu filho, Vinícius, minha melhor produção e maior inspiração; motivo de toda uma luta diária.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Angela Cecília de Souza Rodrigues, pela oportunidade de estudos e crescimento acadêmico, como também por sua constante amabilidade, disponibilidade, dedicação e incentivo.

À Profa Rosane de Andrade Berlinck pela constante gentileza e colaboração.

A Rui Evangelista.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo quantitativo da variação entre preenchimento e não-preenchimento dos pronomes pessoais de 2^a e 3^a como complementos dativos no Português do Brasil (PB). Os dados são sincrônicos e correspondem a gravações de diálogos televisivos de novelas e entrevistas, ambientados no século XXI. A variação entre preenchimento e não-preenchimento desses pronomes com função dativa corresponde a um fenômeno comum no PB, havendo uma forte tendência para a categoria vazia. O nosso objetivo é descrever, analisar e explicar essa questão da variação, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística e da Lingüística Funcional.

PALAVRAS-CHAVE: Clíticos dativos, Objeto Indireto, Variação lingüística, Sociolingüística, Lingüística Funcional.

ABSTRACT

This research presents a quantitative study of the variation between overt and covert forms pronouns of 2nd and 3rd persons as dative complements in Brazilian Portuguese. The data are synchronic and correspond to soap opera and interviews' dialogues exhibited on TV, in century XXI. The variation between use and non-use of these pronouns with dative function is an ordinary phenomenon in Brazilian Portuguese, and there is a tendency towards covert forms. Our goal is to describe, analyze and explain this variation, using the theoretic and methodological tools of Sociolinguistic and Functional Linguistics.

KEY WORDS: Dative clitics, dative complement, Linguistic Variation, Sociolinguistics, Functional Linguistics.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1. Número de ocorrências das preposições <i>para</i> e <i>a</i> segundo a natureza semântica do verbo	74
2. Número de ocorrências de formas pronominais dativas encontradas no <i>corpus</i>	81
3. Peso relativo da realização das formas pronominais segundo a acessibilidade do antecedente em P2 e P3	85
4. Número de ocorrências de preenchimento da forma pronominal em P2 conforme idade do informante	90
5. Número de ocorrências de preenchimento da forma pronominal em P3 conforme idade do informante	90

ÍNDICE DE QUADROS

1. Paradigma Formal x Paradigma Funcional (Dik, 1978:4, in Castilho, no prelo)	19
2. Gramática Formal x Gramática Funcional (Halliday, 1994: xxviii).....	20
3. Porcentagens dos clíticos e dos pronomes tônicos através dos tempos (in Cyrino, 1993).....	45
4. Fatores lingüísticos e sociais utilizados na análise das formas pronominais de 2ª e 3ª pessoas: presença/ausência.....	64

ÍNDICE DE TABELAS

1. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto em P2 de acordo com tipo de texto	66
2. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto em P3 de acordo com tipo de texto	66
3. Número de ocorrências de formas pronominais de P2 conforme tipo de texto	67
4. Número de ocorrências de formas pronominais de P3 conforme tipo de texto	68
5. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto em P2 segundo natureza semântica do verbo	72
6. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto em P3 segundo natureza semântica do verbo	72
7. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto em P3 segundo o estatuto informacional do complemento	77
8. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto segundo a pessoa gramatical	80
9. Número de ocorrências de forma pronominal segundo pessoa gramatical	80
10. Frequência e peso relativo de preenchimento da casa de objeto indireto segundo acessibilidade do antecedente em P2 e P3	84
11. Número de ocorrências de forma pronominal tônica e átona segundo a acessibilidade do antecedente	86
12. Frequência de preenchimento da casa do objeto indireto em P2 segundo idade do informante	88
13. Frequência de preenchimento da casa do objeto indireto em P3 segundo idade do informante	88
14. Frequência de preenchimento da casa do objeto indireto em P2 segundo idade do informante e tipo de texto	89

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: Pressupostos teórico-metodológicos	12
1.1 A Sociolinguística Variacionista	14
1.2 Duas linhas de análise: Funcionalismo e Formalismo.....	16
1.3 A Linguística Funcional	20
Capítulo 2: Revisão Bibliográfica.....	27
2.1 O viés da Gramática Tradicional	27
2.2 O viés Linguístico.....	28
2.2.1 Os pronomes pessoais na literatura linguística e nas gramáticas descritivas	28
2.2.2 O Objeto Indireto.....	31
2.2.2.1 O Objeto Nulo.....	36
2.3 A mudança no sistema pronominal brasileiro	41
2.4 O pronome pessoal na abordagem Funcionalista	46
2.5 A anáfora na abordagem Funcionalista	47
2.6 Acessibilidade no Funcionalismo	52
Capítulo 3: O <i>corpus</i> sob análise	57
3.1 Os dados sob análise	58
Capítulo 4: Análise dos dados	60
4.1 Descrição dos dados.....	61
4.2 Fatores linguísticos e sociais.....	63
4.3 Os pronomes pessoais de 2 ^a e 3 ^a pessoas com função dativa no PB: ausência/presença.....	64
4.3.1 Tipo de textos.....	65
4.3.2 Natureza semântica do verbo	69
4.3.3 Estatuto informacional do complemento	74
4.3.4 Pessoa gramatical.....	78
4.3.5 Acessibilidade do antecedente	81
4.3.6 Traço semântico do complemento	86
4.3.7 Faixa etária do falante.....	87
Considerações finais	91
Referências bibliográficas.....	94

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe um estudo das formas pronominais de 2ª e 3ª pessoas no Português Brasileiro, que preenchem a casa do objeto indireto e também o seu não-preenchimento enquanto fenômeno de variação nos meios de comunicação de massa, mais especificamente em novelas e entrevistas televisivas, ambientados no século XXI, constituindo, assim, um recorte sincrônico desta questão gramatical no Português do Brasil.

Trata-se de um estudo que busca analisar e explicar a variação entre preenchimento e não-preenchimento da casa do objeto indireto, tomando por base os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e da Linguística Funcional.

Além de verificar a produtividade e as condições de uso de formas pronominais de 2ª e 3ª pessoas na função dativa, há, ainda, a constatação de que, na maior parte dos manuais de gramática normativa tradicional, o tratamento dispensado aos pronomes, sobretudo àqueles de função dativa, se mostra inadequado, em relação ao uso efetivo, conforme vários estudos linguísticos que já apontam a larga distância entre a norma prescrita por essa gramática e a língua falada no Brasil, principalmente no tocante ao uso dos clíticos.

As hipóteses abaixo norteiam o presente estudo:

- (i) os dados apontariam para o preenchimento da casa do objeto indireto com as formas pronominais dativas, no contexto televisivo das novelas e entrevistas;
- (ii) os clíticos corresponderiam às formas mais produtivas naqueles contextos;
- (iii) o clítico *te* representaria a forma mais usada na expressão do complemento dativo, pelos falantes.
- (iv) haveria a migração do pronome *lhe* (3ª pessoa) para a 2ª pessoa do discurso;
- (v) a acessibilidade do referente tenderia a favorecer o uso do clítico, já que estudos de Ariel (1988) e Berlinck (2000) sugerem que quanto maior o grau de acessibilidade, menor a forma. Esta hipótese está baseada na idéia de que quanto mais acessível for o

referente, menos informação o falante terá que fornecer, podendo, portanto, usar formas mais leves do ponto de vista fonológico.

(vi) o fator social idade seria um forte condicionador entre preenchimento e não-preenchimento das formas pronominais dativas, sobretudo na eleição do clítico *te* como forma de expressão mais freqüente.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, segundo Labov (1994) e da Linguística Funcional de Halliday (1994) e de Dik (1989), cujos enfoques orientaram o estudo das variáveis lingüísticas e extralingüísticas para a análise dos pronomes com função dativa, respectivamente.

No 2º capítulo, há a revisão bibliográfica dos compêndios gramaticais, privilegiando os vieses tradicionais e lingüísticos dos estudos sobre o pronome pessoal e do objeto indireto, com resenhas de trabalhos sobre as duas categorias.

Já no capítulo 3, apresentamos o *corpus* sob análise constituído de diálogos de novelas e entrevistas televisivas.

A última parte, o capítulo 4, contém a descrição, análise e interpretação dos dados, levando em conta os programas de cálculos do Varbrul sobre os fatores lingüísticos e sociais.

E por fim, sintetizamos os resultados mais relevantes da pesquisa, nas considerações finais.

Tendo em vista os poucos trabalhos existentes sobre os pronomes pessoais com função dativa no português brasileiro, esperamos, contudo, contribuir para a ampliação deste tema. Nossos estudos privilegiaram além dos campos sintático e semântico, também o discursivo.

Assim, nossa intenção é apresentar e repensar o quadro desses pronomes no vasto cenário brasileiro.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente trabalho será desenvolvido segundo as perspectivas teórico-metodológicas da Teoria da Variação Lingüística Laboviana e da Lingüística Funcional, uma vez que há o interesse de ambas pela descrição e pela explicitação dos dados lingüísticos reais.

A abordagem sociolingüística se inclui na área funcionalista, uma vez que estuda a língua em uso em seu contexto social, considerando as relações entre forma e função da linguagem.

Dessa forma, tanto a Sociolingüística como a Lingüística Funcional dão conta de como a língua é utilizada, isto é, de como as estruturas semânticas e gramaticais funcionam no próprio ato de comunicação.

Para Halliday (1994), é justamente o uso da língua que molda o sistema lingüístico. O autor, então, distingue dois tipos de variedades, conforme o usuário (dialeto) e de acordo com o uso (registro).

O registro, segundo Halliday, distingue-se de acordo com o discurso (o assunto), o modo do discurso (o papel desempenhado pela atividade lingüística numa situação) e o estilo do discurso (as relações entre os participantes do discurso).

O autor também postula que os níveis pragmáticos, semânticos e sintáticos imbricam-se para compor o sentido. Desta forma, a língua não pode ser considerada como absolutamente independente de todas as forças externas. Du Bois (1985 apud Neves 1997), por exemplo, sugere que as gramáticas sejam tratadas como sistemas adaptáveis, ou seja, como sistemas parcialmente autônomos (sistemas) e parcialmente sensíveis a pressões externas.

A gramática, segundo Wierzbicka (*apud* Nóbrega, 2000:44) não é semanticamente arbitrária, pelo contrário, distinções gramaticais são motivadas por distinções semânticas; toda construção gramatical é um veículo de uma certa estrutura semântica.

E desta forma, far-se-á necessário que neste estudo se considere que a língua existe para expressar significado e, assim, a análise semântica não pode ser descartada, pois não se pode perder de vista que as línguas foram criadas para significar algo, como afirma Wierzbicka (*apud* Nóbrega, 2000:43): “*A língua é um sistema integrado, onde tudo conspira para ter significado (...)*”

Nesta linha da determinação do sentido, Moura (2002) defende a idéia de que a negociação do sentido intervém desde o nível semântico, pois, segundo o autor, não se pode

levar em conta somente a estrutura semântica das palavras e proposições, mas também o fluxo do discurso. O nível lexical, o contexto de proposições proferidas e as inferências pragmáticas são responsáveis pela interpretação de uma expressão, conclui o autor.

Wierzbicka (1988 *apud* Nóbrega, 2000) postula que as interpretações são sempre individualizadas em virtude das experiências prévias e interesses diversos. Portanto, a construção do sentido não é fácil de ser abordada, uma vez que há a constatação individual inalienável na interpretação do mundo. E a questão do significado não é somente de verdadeiro ou falso, pois ele é cultural e socialmente construído.

No tocante à questão da verdade, Lakoff (2002), por exemplo, defende que a verdade está fundamentada na compreensão. O autor argumenta que a verdade é sempre relativa a um sistema conceptual, que qualquer sistema conceptual humano é, em grande parte, metafórico por natureza e, portanto, que não há verdade inteiramente objetiva, incondicional ou absoluta.

A verdade, continua o autor, “importa-nos porque ajuda-nos a viver e permite-nos agir em nosso mundo. A maioria das verdades que acumulamos – a respeito dos nosso corpos, das pessoas com quem interagimos e dos nossos ambientes físicos e social imediatos – desempenham um papel em nossa vida cotidiana.” (2002:263)

Portanto, Lakoff e outros desenvolveram uma linha funcionalista, a Linguística Cognitiva, cujo enfoque funcional-cognitivo considera que as categorias lingüísticas se estruturam com base nos mesmos princípios operacionais que organizam as demais categorias humanas (perceptuais, psicossociais, culturais, etc.), possibilitando, contudo, descrever relações de correspondência entre domínios conceptuais, como na metáfora (*apud* Camacho, 1999).

Segundo Camacho (1999), tal postulado configura-se uma “inovação” de Lakoff & Johnson (1980) e Lakoff (1987) no tocante a essa transferência do módulo semântico para o da gramática.

Isso explica o motivo pelo qual a gramática é sensível às pressões do uso: justamente por constituir uma estrutura cognitiva, fato esse que se constitui importante na eleição de tais pressupostos como norteadores de nossa pesquisa.

Pode-se dizer, então, que as abordagens elencadas estão relacionadas à pesquisa devido: (i) ao *corpus* sob análise, que é caracterizado com base tanto em parâmetros sociolingüísticos, como funcionalistas; (ii) ao fenômeno lingüístico analisado: a metodologia sociolingüística fornece os instrumentos necessários para dar conta da variação no preenchimento ou não-preenchimento da casa do objeto indireto (OI), nas falas da mídia, e a Linguística Funcional proporciona o embasamento teórico para explicar os resultados

encontrados e, por fim, (iii) à visão do lingüista, que é necessariamente parcial e influenciada pelo quadro geral de sua época.

1.1 A Sociolingüística Variacionista

A diversidade da forma da fala e as características próprias de uma língua, bem como a interação social do indivíduo, têm constituído o objeto de estudo da Sociolingüística.

Saussure traçava uma separação naquilo que convencionou chamar “a língua em si mesma” e o resto – tendo sido seguido por pesquisadores como Bloomfield, Hjelmslev e Chomsky. Esses autores tinham objetivos voltados somente para a estrutura abstrata, e a teoria que seguiram foi construída a partir da recusa “da existência do social” na língua. Caminho inverso a esse fez a Sociolingüística, fato que resultou em conflito entre duas abordagens. Em William Labov, a Sociolingüística encontraria a perfeita união entre língua e o social. Para este autor, “sociolingüística seria um termo redundante, porque implicaria existir uma teoria ou uma prática lingüística fecunda que não fosse social”.

Os dois discursos vão se desenvolver ao longo de quase meio século: um de caráter estrutural (forma da língua); outro que insiste nas funções sociais da língua.

Os sociolingüistas têm mostrado que a língua não é de todo casual nem assistemática, mas sujeita a regras que condicionam sua variabilidade.

Por acreditar que a língua é heterogênea e diversificada, ou seja, apresenta um dinamismo inerente, Labov ataca seriamente a noção de homogeneidade da língua, considerando-a um engano. O autor introduz, então, a noção de variação inerente a um sistema lingüístico, visto que ela existe não só na comunidade de fala, mas até na gramática de um indivíduo. Neste ponto de vista, a variação verbal é essencialmente um mecanismo que proporciona informação importante acerca do interlocutor e orienta o falante na interpretação e avaliação das mensagens recebidas. William Labov, segundo Tarallo (2000), foi quem insistiu na relação entre língua e sociedade e na possibilidade de sistematizar a variação existente e própria da língua falada.

O objeto de estudo da Sociolingüística Laboviana é a variação e a mudança, ou seja, conforme atesta Tarallo (2000), duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa em um contexto e com o mesmo valor de verdade. Essas alternâncias de uso, para Mollica e Braga (2003), são influenciadas por fatores estruturais e sociais. Desta forma, o modelo de análise denomina-se “Teoria da variação lingüística”.

As primeiras análises variacionistas foram feitas por Labov, incidindo sobre fenômenos fonológicos, tais estudos abordaram a centralização do ditongo, em uma comunidade linguística de Martha's Vineyard, e a estratificação social do /r/ nas grandes lojas de departamento novaiorquinas. Esses trabalhos sugeriram que a língua pode ser um fator extremamente importante na identificação de grupos, também uma maneira de demarcar diferenças sociais no seio de uma comunidade (Tarallo, 2000).

Tais estudos e seus métodos obtiveram tanto êxito que acabaram servindo de motivação para outros trabalhos sociolinguísticos no campo da sintaxe, conforme apontou Silva Corvalán (1989).

Embora contribuísse para a questão da variação, esses trabalhos de Labov também suscitaram grande polêmica quando a análise variacionista não fosse de cunho fonológico.

Sobre isso foram feitas várias advertências, por parte dos autores. Para Pereira da Silva (1988 *apud* Salles, 2001), por exemplo, “é preciso controlar os possíveis fatores semântico-discursivos interferentes e procurar estabelecer se há de fato ali uma variável linguística e até que ponto as variantes em questão representam formas alternativas de dizer a mesma coisa”.

Também Lavandera (1984), discípula de Labov, critica a possibilidade de extensão desse método para outros níveis fora do fonológico, pois, para ela, o fato de haver um significado para cada forma não atenderia à exigência de formas alternantes de dizer a mesma coisa: “Finalmente, para la variación no fonológica, las afirmaciones cuantitativas deben tratarse como datos que necesitan interpretación, y las reglas probalísticas por ahora constituyen solamente recursos heurísticos” (Lavandera, 1984:46). Propõe, então, o enfraquecimento da condição de equivalência semântica, substituindo-a por comparabilidade funcional. É o que se verifica, por exemplo, na alternância das formas *lhe*, *te*, *a você*, *a ele*, objeto deste estudo.

Por outro lado, os estudos de variáveis sintáticas não devem necessariamente examinar ou estabelecer possíveis correlações sociolinguísticas para justificar sua importância. Análises de variáveis sintáticas têm mostrado que em muitos casos o efeito dos fatores sociais externos sobre a escolha de uma ou outra variante é mínimo ou inexistente. Contrariamente, os fatores linguísticos internos que condicionam a variação têm despertado grande interesse para os estudos pragmáticos, baseados na análise do discurso, dentro da sociolinguística.

E dentro dessa proposta, o nosso trabalho visa, principalmente, à análise da variação entre preenchimento e não-preenchimento da casa do objeto indireto com os pronomes de 2ª e 3ª pessoas. Examinamos também quais formas pronominais (*clíticos*, *preposição+pronome tônico e nulo anafórico*) concorrem para tal complementação, e os fatores linguísticos e sociais que condicionam essa variação.

Assim como para Weiner e Labov, para Paredes e Silva (1988 *apud* Salles, 2001), a opção por uma ou outra forma é uma escolha sintática, e mesmo havendo diferença de foco ou ênfase, acaba por se referir ao um mesmo estado de coisas. Concluem que o que está em jogo é a manutenção do valor de verdade e, por conseguinte, pode-se dar um tratamento variacionista aos fenômenos.

Paredes e Silva conclui que significado e contexto estão “imbricados”; acrescenta, também, que as questões lingüísticas longe de distanciar os pesquisadores variacionistas, instigariam-nos a cada vez mais se voltarem para os fatores internos, “ultrapassando o interesse pelos fatores sociais convencionais, já estabelecidos”. Por este motivo, inclusive, alguns autores criticaram Labov, que vêem em seus estudos recortes privilegiando fatores internos. Para Paredes e Silva, isto não resultaria em perda, mas haveria ganho com fatores internos mais elaborados.

1.2 Duas linhas de análises: Funcionalismo e Formalismo

Nesta parte, discorreremos sobre as duas tendências, funcionalista e formalista, que têm norteado os estudos lingüísticos nos séculos XX e XXI.

Muitas discussões têm esquentado e enriquecido o cenário lingüístico brasileiro quanto à defesa de adoção de uma ou de outra perspectiva.

Camacho reconhece que *até o presente, a lingüística não foi capaz de formar consenso, entre os profissionais que a integram, a respeito dos dois aspectos fundamentais e, por extensão, dos procedimentos metodológicos mais adequados a serem adotados.* (1994, 19-36).

Os trabalhos dos lingüistas Votre & Naro (1989 e 1992), Nascimento (1990), Dillinger (1991) e Kato (1998) representam essa discussão.

Nascimento, por exemplo, discute a opinião de Votre & Naro (que vêem o Funcionalismo como sendo um estudo no discurso e não do discurso), partindo do pressuposto de que funcionalismo e gerativismo não são abordagens comparáveis, tampouco considera-as alternativas para o tratamento do mesmo objeto, por abordarem diferentes aspectos do fenômeno da linguagem ou, em outras palavras, estudarem objetos diferentes. Para o autor, o enfoque gerativista pressupõe que os falantes sejam dotados de um conjunto de princípios e parâmetros geneticamente determinados (gramática universal), possibilitando-lhes, assim, a aquisição e a prática do conhecimento da língua (uma gramática particular).

Em resumo, para Nascimento, funcionalismo e gerativismo não se caracterizam como alternantes, devido a vários fatores, dentre eles, a metodologia, a definição de dados. Desta forma, propõe – respeitando as especificidades de cada um – examinar as vantagens de se estabelecer uma “ponte de mão-dupla”.

Posteriormente, em artigo conciliatório, Dillinger postula que formalistas e funcionalistas estudam o mesmo objeto, que é visto sob perspectivas diferentes. Considera, então, o Funcionalismo adequado, na medida em que as teorias da comunicação e de interação social em que se baseia o são; e o Formalismo, dada a sua longa tradição, possui colocações mais precisas e não menos duvidosas quanto à utilidade da teoria das estruturas lingüísticas.

Assim, Dillinger considera que ambas apresentam deficiências sérias, o que não necessariamente corresponda à diminuição do valor dessas abordagens, salientando que são estudos complementares e igualmente necessários.

Frente à questão, Dillinger (1991:397) aponta que “*a solução é uma teoria global, desenvolvendo-se instrumental conceitual necessário para costurar pontos-de-vista quanto à natureza da linguagem*”. Ressalta, ainda, a importância da união de visões lingüísticas para uma maior compreensão da linguagem.

Mary Kato (1998), numa postura conciliadora, retoma a discussão dos autores citados, defendendo que “*a língua é significante e significado, dos dois lados da moeda*”, portanto, o ponto de partida metodológico não importa. Acredita que se houver trabalhos em consonância, chegar-se-á a descobertas mais interessantes e abrangentes; considerando, portanto, um “casamento” entre as diferentes abordagens. A autora, para exemplificar convergência de tais abordagens, reporta-se a um de seus trabalhos desenvolvido juntamente com Castilho, funcionalista.

Menuzzi (2004), explica que há duas linhas de análise da ordem verbo-sujeito no português do Brasil: a Formalista e a Funcionalista. Para o autor, nas análises Formalistas as restrições que caracterizam a ordem VS em PB dependem da estrutura sintagmática da frase, estando relacionadas à mudança paramétrica no sistema de expressão de sujeitos pronominais. Já no Funcionalismo, as análises procuram determinar as motivações funcionais da ordem VS em PB, bem como também tentam mostrar a inadequação descritiva e analítica das abordagens formalistas.

Assim, o autor procura apresentar as divergências de tais abordagens, visando a corroborar um estudo comparativo entre estas duas linhas de análise da sintaxe da ordem VS em PB e avançar na compreensão teórica dessa ordem e de sua evolução diacrônica.

No entanto, o autor conclui que ainda que se disponha de dois tipos de análises, a questão da ordem VS na gramática sincrônica do PB traz as seguintes indagações: tal fenômeno é definido pelas possibilidades estruturais permitidas no PB, ou por requisitos de ordem funcional?

De uma maneira geral, o enfoque formalista desconsidera os mecanismos semântico e pragmático e vê a linguagem abstratamente, caracterizando suas regras por meio da sintaxe.

Já o funcionalista, ao analisar as orações, privilegia as situações, visto ser a língua uma forma de interação social. Esta teoria elegeu a pragmática para abarcar a semântica e a sintaxe.

Contudo, é interessante verificar a advertência de Castilho no tocante à seqüencialidade funcionalista sugerida acima: *Há certo risco em estabelecer a seqüencialidade discurso>semântica>sintaxe para explicar o funcionamento das línguas naturais, pois é mais provável que esses sistemas operem numa forma simultânea, como verdadeiros módulos da mente humana. As atuais tendências da gramática funcional parecem distinguir-se ou pela admissão tácita da seqüencialidade, ou pela admissão do funcionamento simultâneo desses componentes.*(Castilho, no prelo)

Em suma, o que se consegue depreender de tais abordagens é que, enquanto o Formalismo limita a análise àquilo que está na forma, o Funcionalismo incorpora elementos extralingüísticos nas análises.

As principais distinções entre uma e outra teoria são resumidas nos quadros a seguir, retirados de Dik (1978, apud Castilho, no prelo) e de Halliday (1994):

PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
A língua é um conjunto de sentenças.	A língua é um instrumento de interação social.
A função primária da língua é a expressão dos pensamentos.	A função primária da língua é a comunicação.
O correlato psicológico da língua é a competência: a capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças.	O correlato psicológico da língua é a competência comunicativa: a habilidade de conduzir a interação social por meio da língua.
O estudo da competência tem uma prioridade lógica e metodológica sobre o estudo do desempenho.	O estudo do sistema lingüístico deve ter lugar no interior do sistema de usos lingüísticos.
As sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto em que ocorreram.	A descrição dos elementos lingüísticos de uso de uma língua deve proporcionar pontos de contato com o contexto em que ocorreram.
A aquisição da língua é inata. Os inputs são restritos e não estruturados. A teoria do estímulo é pobre.	A criança descobre o sistema que subjaz à língua e ao uso lingüístico ajudada por inputs de dados lingüísticos extensos e altamente estruturados, presentes em contextos naturais.
Os universais lingüísticos são propriedades inatas do organismo biológico e psicológico dos homens.	Os universais lingüísticos são especificações inerentes às finalidades da comunicação, à constituição dos usuários da língua e aos contextos em que a língua é usada.
A Sintaxe é autônoma em relação à Semântica. A Sintaxe e a Semântica são autônomas com relação à Pragmática, e as prioridades vão da Sintaxe à Pragmática via Semântica.	A Pragmática é a moldura dentro da qual a Semântica e a Sintaxe devem ser estudadas. A Semântica é dependente da Pragmática, e as prioridades vão da Pragmática para a Sintaxe via Semântica.

Quadro 1: Paradigma Formal x Paradigma Funcional (Dik, 1978:4, In: Castilho, no prelo)

GRAMÁTICA FORMAL	GRAMÁTICA FUNCIONAL
Orientação sintagmática (“ <i>chain grammar</i> ”).	Orientação paradigmática (“ <i>choice grammar</i> ”).
A língua é interpretada como um conjunto de estruturas entre as quais relações podem ser estabelecidas.	A língua é interpretada como uma rede de relações, sendo as estruturas realizações, manifestações dessas relações.
Ênfase nos universais lingüísticos.	Ênfase na variação entre as diferentes línguas.
A Sintaxe é o fundamento da língua.	A Semântica é o fundamento da língua.
A Gramática é arbitrária.	A Gramática é natural.
Organização em torno da sentença.	Organização em torno do texto ou discurso.

Quadro 2: Gramática Formal x Gramática Funcional (Halliday, 1994: xxviii)

1.3 A Língüística Funcional

Atesta Neves (1997) a dificuldade de se caracterizar o funcionalismo como corrente teórica, uma vez que dentro do que se determinou chamar de funcionalismo existem modelos muito diferentes.

Kato é da mesma opinião, quando diz que *o termo funcionalismo, freqüentemente suposto como uma abordagem única e uniforme na lingüística, precisa ser compreendido em suas diversas perspectivas* (1998:145).

Neves, contudo, acredita que um bom modo de sintetizar o pensamento básico das teorias funcionalistas é aquele apontado por Martinet que vê *como objeto da verdadeira lingüística a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua*. (Martinet, 1994 apud Neves 1997).

Assim, Neves postula que o interesse do funcionalista é a verificação do modo como os usuários de uma língua natural se comunicam.

As duas propostas consideradas mais moderadas dentro do panorama do funcionalismo são as de Halliday e as de Dik, conforme Van Valin (1990 apud Neves 1997): *Moderadas são as propostas que, reconhecendo a inadequação de um formalismo e de um estruturalismo*

estritos, propõem alternativas funcionalistas para a análise. Enfatizando a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura lingüística, essa corrente, entretanto, admite que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas naturais, e propõe uma consideração de estrutura lingüística distinta da proposta pelos formalistas (apud Neves 1994: 38).

Indiscutivelmente, as teorias funcionalistas dão conta de que as interações comunicativas devem ser consideradas nas análises, em virtude do postulado de que a língua existe para comunicar.

A Gramática Funcional de Halliday (1994) interpreta a língua como uma rede de sistemas, ou seja, um conjunto de opções interrelacionadas para construir sentido, e não como um inventário de estruturas.

De acordo com Halliday (1978), tenta-se explicar a natureza da linguagem, a sua organização interna, em termos das funções que ela desenvolveu para servir na vida do homem social.¹ Tais funções, como observa o autor, referem-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados.

Dessa forma, estas funções são definidas por Halliday em (i) função ideacional (ou cognitiva, nocional); (ii) a interpessoal (modo) e (iii) a textual (tema).

Halliday sustenta que todas as línguas são organizadas em torno de dois significados essenciais: o ideacional e o interpessoal, que são as manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente e atuar sobre os outros neste ambiente. Enquanto a função textual, associada ao ideacional e ao interpessoal, dá relevância àqueles, pois organiza a expressão como mensagem.

Assim, cada um desses componentes metafuncionais é visto como um conjunto de alternativas de que o falante dispõe para construir significado. E para Halliday, os falantes de uma língua podem realizar uma série de escolhas correlacionadas que têm relevância semântica.

Para Halliday (1994), estas metafunções possibilitam a análise da oração como uma combinação de três estruturas distintas, cada uma expressando um tipo de significado: “oração como representação”, “oração como troca”, “oração como mensagem”. É a estrutura como um todo, a configuração total das funções, que realiza o sentido da oração. O quadro abaixo ilustra tal proposição:

¹ Halliday, M.A.Y. *Language as social semiotic. The social interpretation of language and meaning*. Londres, Edward Arnold, 1978, p. 16.

Metafunção	Definição (tipo de sentido)	Status na sentença
1. Experiencial	Construindo um modelo da experiência	Oração como representação
2. Interpessoal	Desempenhando relações sociais	Oração como troca
3. Textual	Criando relevância para o contexto	Oração como mensagem
4. Lógica	Construindo relações lógicas	_____ ²

Baseando-se neste esquema proposto por Halliday, Neves (2000) propõe a análise das frases:

- a) O motorista dirigia em alta velocidade.
- b) O acidentado sentia dores.

Conforme a função experiencial, o falante é obrigado, pelo sistema da língua, a escolher estruturas adjacentes que organizam a sua perspectiva. Cada vez que faz uma nova frase, ele seleciona, segundo sua perspectiva, um novo predicador e os argumentos que devem entrar na relação de predicação. Na frase (1), o esquema de predicação parte de um predicado de ação, que seleciona necessariamente um agente, definindo-se um determinado esquema de estruturação sintático-semântica. Em (2), continua a autora, de acordo com a natureza do processo selecionado, encontra-se necessariamente um experimentador, tendo-se, portanto, um outro esquema estrutural.

Quando essas frases são analisadas levando em conta função interacional, que representa uma configuração entre modo e resíduo (modo constituído de sujeito e operador verbal expressando tempo ou modalidade, e resíduo consistindo de verbo, complemento e adjunto) há a escolha do sujeito e esta escolha implica determinar se ele será o falante, o ouvinte, ou nenhum dos dois, explica a autora.

Já no terceiro esquema, o textual, as estruturas temática e informacional expressam a organização da mensagem: como a oração se relaciona com o discurso e com o contexto em que está produzida.

O que se verifica, portanto, é que tais níveis se relacionam às funções semânticas, gramaticais e discursivas exercidas pelos elementos lingüísticos.

² A função ideacional está representada pelas funções Experiencial e Lógica. A Experiencial se refere ao sentido como organização da experiência, e a Lógica, às relações entre orações.

Neves afirma, ainda, que a ativação dessas funções se dá também no nível do texto, onde a complexidade é muito maior. A função textual é realizada através dos recursos:

1. estrutura Temática (Tema X Rema)
2. estrutura Informacional e Foco (Dado X Novo)
3. coesão (referência, elipse, conjunção e organização lexical)

Dos recursos elencados acima, interessam apenas estrutura informacional e coesão, visto pertencerem ao leque de fatores que abordaremos na análise do *corpus*. Tanto um recurso quanto o outro está ligado à forma nulo anafórico, por exemplo.

Na estrutura de informação, Halliday explica que dado e novo compõem-se por meio de grupos tonais e de focos. O autor define, então, que novo é o que o ouvinte está sendo convocado a interpretar como novo, imprevisível, ou importante; este elemento é muitas vezes marcado pela entonação. Já a informação dada é o que está sendo apresentado como já conhecido pelo ouvinte, além de ser recuperável no texto ou na situação. Dado é geralmente um elemento anafórico, ou seja, referindo-se a algo que já foi apresentado no contexto verbal ou situacional. Contudo, há instâncias em que ocorre a elipse do elemento dado. Aqui tais elementos constituem, também, fatores importantíssimos para nossa análise, por estarmos trabalhando com a questão do preenchimento ou não-preenchimento das formas pronominais dativas.

Segundo Halliday, é importante que se note que o elemento que está sendo tratado como dado pode ser recuperável (pois já foi mencionado), mas essa não é a única possibilidade, visto que também pode ser algo que está presente na situação, ou algo que não está presente, mas que o falante apresenta como dado, por alguma razão (retórica, estilística). Assim, da mesma forma, o novo, ainda que corresponda, na maioria das vezes, a algo mencionado no discurso, pode também equivaler a algo inesperado ou importante, seja novamente mencionado ou não.

Halliday considera a oração a unidade fundamental, mas trata também das relações denominadas “não-estruturais” (determinadas pela semântica do discurso). Tais relações são as de coesão, pois podem ligar elementos de qualquer extensão e a qualquer distância, ou seja, é uma relação semântica que se refere à interpretação de um item em dependência de um outro que integra o mesmo texto. Segundo o autor, ela pode ser dividida em referência, elipse, conjunção e organização textual.

Conforme já mencionada anteriormente, coesão constitui aspecto importante na nossa pesquisa, pois, enfocaremos, entre outras questões, a da referência e a da elipse.

Se as relações anafóricas criam coesão, segundo Halliday, pois ligam duas passagens do texto em uma unidade coerente, então a textualidade é obtida parte pela estrutura, parte pela coesão. Sendo os pronomes como complementos dativos o foco desta dissertação, ilustraremos a proposição acima, mencionando que se um pronome e seu referente se encontram no mesmo período, a textualidade ocorre através da relação estrutural entre as orações e a coesão adicionada. O autor ainda cita a possibilidade de um referente se manter na estrutura narrativa do discurso, não importando se é mencionado por um nome lexical, por um pronome, ou elíptico, ainda assim irá produzir coerência.

Em resumo, a elipse e a referenciação correspondem a um meio de se estabelecer coesão, pois os textos se fazem com avanços e retomadas.

No modelo de Dik, a língua não se apresenta como uma estrutura arbitrária, e sim como um instrumento de interação social, existindo como objeto de comunicação entre os usuários. Dessa forma, as expressões lingüísticas só podem ser entendidas quando considerado o contexto em que foram usadas, onde opera, além da capacidade lingüística, as capacidades epistêmica, lógica, perceptual e social (Dik apud Neves 1997:76).

Dik (1985) defende a idéia de que a teoria geral da gramática, para que se entenda a natureza básica da linguagem, implica a integração do estudo da forma, do significado e do uso real de modo que não somente os traços lingüísticos formais, mas também os semânticos e os pragmáticos sejam colocados numa perspectiva teórica mais geral.

Desta forma, para o autor, uma gramática funcional deve apresentar também a adequação pragmática e a adequação psicológica, isto implica dizer que na primeira as expressões lingüísticas devem ser pensadas não como objetos isolados, mas antes como instrumentos usados pelo falante para suscitar no ouvinte a interpretação que deseja e, na segunda, analisa-se o relacionamento entre os modelos psicológicos da competência lingüística e o comportamento lingüístico.

Em outras palavras, o autor postula que uma gramática funcional que configure tais adequações deva refletir uma dicotomia entre produção (modelos que definem como os falantes constroem e formulam as expressões lingüísticas) e compreensão (modelos que definem como os destinatários processam e interpretam as expressões lingüísticas).

Dik elege o predicado a parte mais importante, uma vez que afirma que todos os itens lexicais de uma língua têm de ser analisados dentro da predicação.

De acordo com Dik, para a construção de predicações subjacentes é necessário um “fundo” da língua, ou seja, um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos. O autor então explica que o léxico está dentro deste fundo.

Nos termos de Dik, a construção da estrutura subjacente da cláusula requer um predicado. Este, por sua vez, designa propriedades ou relações e ocorre com certo número de termos os quais se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas³. O quadro abaixo representa tal esquema, segundo Neves (2000):

	Termo	Predicado	Termo	Termo
Predicação	Pedro	entregar	o livro	à menina
Estado-de-coisas	entidade 1	relação	entidade 2	entidade 3

Dik acrescenta que a predicação pode ser descrita em três níveis, a saber: (i) predicação nuclear (predicado e seus argumentos); (ii) predicação central (predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado) e (iii) predicação estendida (predicação central estendida pelos operadores de predicação e satélites). É na predicação que as funções sintáticas Sujeito e Objeto, que representam pontos de vista, começam a operar.

A informação pragmática, conforme Dik, compartilhada entre falante e ouvinte exerce um papel fundamental na produção e na interpretação do discurso. O falante tem uma intenção comunicativa que é parcialmente codificada no conteúdo da expressão lingüística, sendo o grau de explicitação determinado pelo conhecimento partilhado entre os interlocutores.

Dik concebe as funções pragmáticas (Tópico e Foco) como aquelas que especificam o estatuto informacional dos constituintes em relação à situação comunicativa em que eles são usados.

Halliday e Dik entendem, portanto, que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais, portanto estes autores não aceitam que uma descrição de estrutura limite-se, tão somente, à indicação das funções gramaticais. Assim, constroem a teoria no interior do próprio sistema.

Para Gebruers (1987:129 *apud* Neves 1994: 38) o que caracteriza a concepção de linguagem defendida pela gramática funcional é seu caráter não apenas funcional como também dinâmico. Ela é funcional porque não separa o sistema lingüístico e suas peças das funções que

³ De acordo com Dik, um estado-de-coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), e está sujeito a determinadas operações; podendo ser: localizado no espaço e no tempo; ter uma certa duração; ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido.

têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

Assim, o objeto de estudo da presente pesquisa está inserido nesse contexto funcionalista, por esta dar conta de que as interações comunicativas devem ser consideradas nas análises, em virtude do postulado de que a língua existe para comunicar; também pelo fato de nosso objeto de estudo, os pronomes pessoais, pertencer a um leque de opções significativas relacionadas às macrofunções (a ideacional, a interpessoal e a textual).

CAPÍTULO 2

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, pretendemos mostrar como o pronome pessoal é descrito nas gramáticas tradicionais, ora definidas tradicionais por apresentarem cunho normativo e prescritivo, bem como por levarem sempre em consideração as regras obtidas através da listagem de exemplos extraídos de textos de escritores consagrados ora por privilegiarem a combinação e organização que tais escritores dispensam às palavras de seus textos, desta forma, restringindo seus exemplos à língua escrita.

Além disso, contemplaremos as gramáticas de uso do português que, entre outras propostas, visam mostrar com está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil. (Neves, 2000).

Consideraremos aqui, também, por outro lado, o tratamento que as abordagens dos lingüistas, cujos estudos apresentam cunho mais analítico, dá ao pronome pessoal e ao objeto indireto; esse último será também apontado aqui nessa seção em virtude da relação que ele mantém com os pronomes pessoais como complementos.

Assim, aproximando os vieses gramatical e o lingüístico, pretendemos estabelecer um olhar mais ampliado acerca do objeto de estudo dessa pesquisa.

2.1 O viés da Gramática Tradicional

Nesta seção, procuramos apresentar as explicações dadas pelas gramáticas tradicionais, que representam a visão mais difundida sobre os fatos da Língua Portuguesa, quanto aos estatutos do pronome pessoal e do objeto indireto (manifestado por (i) pronomes átonos: *te, lhe*; e (ii) pronomes tônicos: *a / para ele (a), a / para você*).

É importante que se destaque que este tipo de gramática explica as possibilidades de estudo da língua, nas partes morfológica, sintática e semântica. E dentro deste panorama, compete à sintaxe apresentar o estatuto do objeto indireto.

O pronome pessoal, segundo Bechara (2000), é uma classe que possui apenas um significado categorial e desse modo considerado forma sem substância, que pode referir a um significado léxico tanto pela situação como pelo contexto (por anáfora e catáfora). Possui a característica semântica de indicador de um elemento inserido no contexto, ou que aponta um elemento presente na situação acessível ao falante.

Já Cunha e Cintra (2001) apresentam o pronome em geral de maneira mais elementar, como sendo aqueles que desempenham na oração as funções semelhantes às exercidas pelos elementos nominais. Assim, essa classe serve para representar ou acompanhar substantivo. E o pessoal, segundo os autores, indica no colóquio ‘a quem fala’, ‘quem se fala’ e ‘de quem se fala’.

Quanto à esfera do objeto indireto, os autores aqui abordados divergem pouco quanto ao tratamento dispensado àquele, visto apresentarem-no quase semelhantemente, à exceção de Bechara (1999), que discorre um pouco mais sobre tal categoria.

Cunha e Cintra (2001) postulam que o objeto indireto pertence a um campo “essencial da oração”, uma vez que figura como complemento de um verbo transitivo indireto e ligado a este por meio das preposições *a* ou *para*, que correspondem a “*um movimento em direção a*”. Acrescentam, também, a possibilidade de comutação do objeto indireto pelo pronome pessoal oblíquo *lhe/lhes*.

Bechara (2000), porém, apresenta um estudo mais apurado do objeto indireto, uma vez que faz alusão a outras características desse objeto como os dativos livres, que são termos que não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado, representados por dativo de interesse, dativo ético, dativo de posse e dativo de opinião.

Para o autor, o objeto indireto é um termo introduzido pela preposição *a*, raramente pela preposição *para*, que denota relação a um ser animado, apresentando características formais e semânticas de “beneficiário”, “destinatário”, podendo ser substituído por *lhe/lhes*.

2.2 O viés lingüístico

2.2.1 O s pronomes pessoais nas gramáticas descritivas e na literatura lingüística

Tendo como ponto central desta dissertação os pronomes pessoais de 2ª e 3ª pessoa como complementos dativos no Português do Brasil, far-se-á necessário e não menos importante que postulemos algumas considerações acerca destes pronomes, segundo os estudos de alguns lingüistas.

Começemos por lembrar que a Gramática de Usos do Português descreve o uso efetivo dos itens da língua, mesmo partindo das tradicionais classes de palavras.

Said Ali (1971) define o pronome como a palavra que denota o ente ou a ele se refere. O autor postula que *lhe* com o seu plural é a forma de dativo (objeto indireto) de 3ª pessoa.

Mattoso Câmara (1975a) já preconizava ser o pronome um substituto do nome num contexto lingüístico, sugerindo a função dêitica, ao referir-se ao ambiente extralingüístico. A forma *lhe*, do subsistema de 3ª pessoa, é a forma dativa para o objeto indireto. É pertinente que ressaltemos que o autor já chamava a atenção para tal subsistema já estava em transformação, visto que “ na língua coloquial do Brasil, mesmo nas camadas escolarizadas, esse subsistema de 3ª pessoa foi profundamente remodelado. O pronome *lhe* passou a forma adverbial para o ouvinte tratado em 3ª pessoa, em identidade de função com *te* [e em linguagem mais desleixada até substituído por *te*, em virtude da equivalência entre você e tu ⁴] (Mattoso Câmara, 1975b:101).

Neves (2000) afirma que o pronome pessoal deve ser examinado segundo os níveis da oração, do sintagma e do texto.

O pronome pessoal, conforme a autora, tem uma natureza fórica. Ela o coloca no campo da referência e chama atenção para o fato de tal referência ser fundamental no uso da linguagem, tanto para a interlocução, quanto para a remissão textual. No caso da interlocução, a autora explica que um falante (primeira pessoa) ao se dirigir a um interlocutor (ouvinte/segunda pessoa), introduz a si e ao seu interlocutor no discurso através de palavras referenciais, chamadas de exofóricas por remeterem a elementos que estão fora do texto, mas na situação de discurso. Assim, os pronomes pessoais de 2ª pessoa, por exemplo, são palavras exofóricas ou dêiticas, como em:

- a) Não *te* atrevas a me ensinar cirurgia, *tu* que nada mais fizeste a não ser ler livros.

Já os pronomes de 3ª pessoa pertencem à referência textual:

- b) *Sérgio*, porém, prosseguira como se só *ele* tivesse o direito de falar.

⁴ Questão, aliás, já observada e tratada por vários autores no português brasileiro, a qual faremos menção posteriormente.

Em (b), temos formas endofóricas, pois fazem referência a elementos que estão dentro do texto.

Assim, os exemplos de Neves (a) e (b) exemplificam a natureza fórica dos pronomes, sendo o primeiro exemplo representante da função exofórica e o segundo da função anafórica, respectivamente.

A autora, portanto, menciona duas funções básicas dos pronomes pessoais: a interacional, que remete à situação de fala, e a textual, que reporta a elementos do próprio texto.

Halliday (1994) caracteriza o pronome pessoal como sendo representante do mundo de acordo com a perspectiva do falante, no contexto de uma interação verbal, sendo que a distinção básica desses papéis dá-se segundo os interlocutores (1ª e 2ª pessoa) e os outros (3ª pessoa). O referente é definido interpessoalmente, pela situação de comunicação.

Quanto à referência, o autor, assim como Neves, observa que esta se desenvolveu primeiramente como uma relação exofórica, isto é, como um meio de se referir a alguma pessoa ou objeto no contexto situacional. Em outras palavras, a 1ª e a 2ª pessoas possuem o significado definido no ato da fala, enquanto as formas de 3ª pessoa são itens fóricos por remeterem ao texto precedente.

Tal observação já havia sido feita por Benveniste (1976), quando no artigo “A natureza dos pronomes”, fez uma reflexão acerca do equívoco de se caracterizarem os pronomes como pertencentes a mesma classe unitária quanto à forma e à função, pois, para o autor, uns pertencem mais à sintaxe da língua, enquanto os outros são características da instância do discurso, ou seja, segundo o autor, são atos discretos e sempre únicos pelos quais a língua é atualizada por um locutor.

Desta forma, Benveniste considera pronomes pessoais somente *eu* e *tu*, por incluírem a noção de pessoa e caracterizarem a “realidade de discurso”. E a inserção costumeira do pronome *ele* no rol dos pessoais é, para o autor, um erro; face o mesmo excluir a noção de pessoa, como no exemplo do autor:

- a) Pedro está doente, *ele* tem febre.

Para o autor, *ele* serve somente como “substituto abreviativo”. Benveniste, então, interpreta a 3ª pessoa como “não pessoa” pelo fato de não se referir nem ao locutor, nem ao interlocutor.

Mattoso Câmara (1976) descreve os pronomes pessoais como tendo a função básica de indicar pessoa. Ele os divide em P1 (*eu*), o falante (1ª pessoa do singular) e P4 (nós, 1ª pessoa

do plural); P2 e P5 (*tu* e *vós*, respectivamente) ouvintes que são opositores de P1 e P4. E considera P3 e P6 (*ele*, *eles*) como sendo aqueles que ficam fora do eixo falante-ouvinte.

Ilari et alii (1996), num estudo baseado em inquéritos do Projeto NURC, reconhecem os pronomes pessoais como parte nuclear de uma classe de palavras mais ampla. Os autores analisam suas propriedades gramaticais, numa perspectiva funcionalista, visando a explicar conjuntos de opções significativas (ideacional, interpessoal e textual), quanto as influências das teorias gerativistas da vinculação e regência.

Ao apontarem para a natureza fórica do pronome pessoal, os autores mostram que tal natureza decorre de duas grandes funções: uma interacional e outra textual; sendo a primeira a representação dos papéis do discurso, como em [*Eu* vou descrever para *você* minha viagem]. e, a segunda, garantia da continuidade do texto (remete ao próprio texto), exemplificado em [Nós temos empregada (...) *ela* faz a feira.]⁵

Quando tratam da anáfora e da catáfora como sendo uma complexa rede de relações coesivas, eles mencionam que “*o fundamento dessas unidades textuais são entendidas como dois mecanismos pelos quais a interpretação de um determinado segmento (no curso do pronome) deve ser baseada em expressões que se realizam no interior do mesmo texto (endófora), antes ou depois do segmento em questão.*” (1996:119); Ilari et alii argumentam, principalmente, contra a tese de que a anáfora estaria sempre associada a um efeito de correferência.

Também neste estudo, os autores perpassam por questões como a diferença de referentes no interior do mesmo período gramatical, a categoria vazia e a função ideacional da linguagem, quando explicitam a função temática que o referente desempenha no processo expresso pela oração, assuntos, aliás, que serão comentados posteriormente nesta dissertação, quando apresentarmos a análise do nosso *corpus*.

2.2.2 O Objeto indireto

Mira Mateus et alii (1991) descrevem o objeto indireto como argumento de verbos de dois ou três lugares, que possui a função sintática de recipiente, alvo ou meta ou experienciador. E que, na maioria dos casos, tem o traço [+animado] e também pode ser cliticizado por *lhe*.

⁵ Exemplos analisados pelos autores: (D2-SSA-98:3.1) e (1-2) (DID-RJ-328:2.51), respectivamente.

Vilela (1992), na Gramática de Valências, cita que, segundo a tradição francesa, o Objeto Indireto possui uma relação menos imediata com a ação do verbo. Acrescenta que as designações tradicionais desse complemento levam em conta alguns dados semânticos, ou dados sintáticos, porém sem referência ao aspecto textual.

O autor, mesmo esta categoria suscitando muitos problemas, levanta alguns pontos – em relação ao texto, à sintaxe e à semântica – que julga essenciais para compreendê-la.

Divide o estudo, então, a partir do verbo em (i) o complemento indireto como elemento obrigatório e (ii) complemento como elemento não obrigatório (como circunstante).

Na categoria do complemento como elemento obrigatório do verbo, conforme o autor, há por exemplo, aqueles que exprimem dominação como em (a) “*Esta voz pertence à jovem.*”, e impressões: “*O romance interessa-me muito.*”

E quando o complemento não é obrigatório, o autor apresenta aqueles designados por Dativos livres, por não estarem em relação especial com o conteúdo descrito na frase, como em (b) “*João trouxe-lhe a mala para a estação.*”

Vilela conclui que “*os traços marcantes do complemento indireto (C I) são, no aspecto formal, a presença da preposição a (e eventualmente para), a sua redução anafórica a lhe/lhes e, no aspecto semântico, o facto de apresentar, normalmente, o traço [+animado]*” (1992:125), observando ainda que tal complemento necessita “de uma análise muito profunda e global” .

Embora a bibliografia acerca do objeto indireto no PB seja pequena, ainda há trabalhos que buscam postular uma caracterização que dê conta de defini-lo enquanto função. São trabalhos, por exemplo, de cunho gerativista, como os de Morais (no prelo) e de Cyrino (1993, 1999 *apud* Cyrino, 2002), embora essa autora enfoque mais a questão do objeto nulo.

Desta forma, Morais (no prelo) considera que a descrição do objeto indireto no português está atrelada aos seguintes fatores: (i) o contexto da estrutura argumental do predicador, como o fenômeno da subcategorização verbal (noções de transitividade e intransitividade); (ii) a cliticização do DP-OI por *lhe/lhes* e, (iii) a delimitação do estatuto da preposição *a*.

Quanto ao primeiro aspecto citado acima, a subcategorização verbal é a responsável por “entrevier” que os laços que unem os constituintes ao verbo são de natureza diversa, segundo a autora, alguns “íntimos” outros mais “externos”. Já a cliticização por *lhe* – peça importante, conforme a autora, possibilita diferenciar os complementos indiretos dos complementos oblíquos, ou seja, o *lhe* aplicado a verbos como *dar*, *oferecer*, por exemplo, exerce a função de

complemento indireto, porém junto a verbos como *gostar*, *assistir*, assume a função de complemento oblíquo. Os exemplos abaixo ilustram tal afirmação:

- a) O miúdo deu o brinquedo *ao amigo*.⁶
- b) O miúdo deu-*lhe* o brinquedo.
- c) O João gosta *da Maria*.
- d) * O João *lhe* gosta.

Morais observa que a preposição *a* não é exclusiva dos objetos indiretos, e o clítico *lhe* não pode estar associado com os complementos preposicionados.

E quanto ao terceiro fator “delimitação do estatuto da preposição”, segundo estudo comparativo entre português e espanhol, a autora constatou que o *lhe* cliticiza exclusivamente o NP introduzido pela preposição *a* no espanhol e no português europeu, nunca com a preposição *para*, em oposição ao português brasileiro, conforme exemplos da autora:

- a) Os internautas fazem exatamente a mesma coisa. Instalam câmaras em todos os cantos de suas casas e transmitem essas imagens *para o resto do mundo*. (VEJA 21/06/00) [PB]
- b) Casa com ele, disse-*lhe*. (trad. PE)

A partir de tais considerações, a autora propõe adotar uma abordagem quantitativa para o estudo do PB, utilizando um *corpus* constituído de anúncios e cartas de leitores e editores de jornais publicados no século XIX, em diferentes capitais e em cidades do interior de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Nesse trabalho, a autora optou por se restringir aos DPs selecionados por verbos ditransitivos com o papel temático meta/benefactivo introduzidos por *a* ou *para*.

O objetivo da autora era definir como se dá a criação das novas estratégias para a expressão dos valores dativos, sintetizando as reanálises em dois aspectos: (i) com respeito à substituição do clítico *lhe* pelas formas anafóricas preposicionadas *a ele / para ele* e (ii) com

⁶ Os exemplos acima são de Mira Mateus et alii, e citados, posteriormente, no trabalho de Moraes.

relação à substituição da preposição *a* pela preposição *para* como índice funcional próprio dos complementos indiretos com os verbos ditransitivos⁷.

É relevante ressaltar que o OI pode apresentar-se como um argumento selecionado por verbos de determinada natureza ou por função construída, ou seja, pela incorporação de benefactivos, locativos, possessivos, os quais são constituintes externos ao verbo, conclui a autora.

A autora conclui então que *ele* perdeu o traço de caso nominativo e tal fato lhe permitiu figurar em contextos acusativos e dativos, no PB, permitindo a difusão das formas pronominais oblíquas no sistema acusativo e dativo, com a perda gradativa dos clíticos dativos de terceira pessoa.

Morais, ainda, conjectura que *Se essas considerações estiverem corretas, as mudanças que ocorrem no sistema pronominal do PB representam novas evidências para a hipótese da interdependência, nos contextos dativos, da preposição a e do pronome lhe.* (no prelo :17)

É interessante, também, destacar o estudo de Berlinck (2000), que explica que o estatuto dos complementos verbais derivados do dativo latino, no português, não constitui ainda uma questão definitivamente resolvida nas descrições da língua e, portanto, deve ser discutida. Para isso, a autora, discorre sobre várias explicações que outros autores dão a este estatuto; posicionamentos, aliás, controversos, segundo Berlinck.

Pois para a autora, se Cunha e Cintra (2001) incluem esses complementos em um conjunto mais amplo de complementos preposicionados sob o rótulo de objeto indireto, Mira Mateus et alii (1991), no entanto, distinguem-nos dos demais complementos ligados indiretamente ao verbo, com base em suas características semânticas e formais.

Já Perini (1989/1995), conforme Berlinck, assume uma classificação diferente dos autores referidos, pois sua proposta de categorização das funções sintáticas identifica quatro funções relevantes no âmbito da transitividade que são: objeto direto, complemento de predicado, predicativo e adjunto circunstancial. E este último, segundo Perini, abriga o objeto indireto, fato que para Berlinck corresponde a um “problema”, em virtude de tal função incluir outros complementos preposicionados.

Berlinck observa que, em todos os casos expostos acima, o complemento dativo é visto como um dos termos essenciais, ou relevante segundo a transitividade. Embora mencione que

⁷ Conforme a autora, alguns verbos de transferência e movimento perceptual como anexar, filiar, imputar, incorporar, juntar, sensibilizar, submeter, subordinar e verbos intransitivos do tipo de obedecer não permitem o emprego da preposição *para*. Ex. (1) Acrescentou novos itens ao documento/ *Acrescentou novos itens *para* o documento. (2) Obedeceu ao pai./ * O José obedeceu *para* o pai.

tal opinião não constitui uma unanimidade, visto Dillinger (1991) questionar a independência do objeto indireto no português.

Desta forma, Dillinger postula que o objeto indireto, semanticamente, significa uma localização, uma orientação ou uma direção no espaço e essas interpretações não estão na relação estrutural. Explica que tal significação é definida segundo as preposições que introduzem o complemento.

Quanto à questão da preposição, Berlinck (2000b) busca caracterizar cada uma das alternâncias das opções de uso das preposições nos sintagmas preposicionados, observando a variação de *a* e *para* em *corpus* do século XIX e chega à constatação de que há uma diminuição progressiva da preposição *a* e, contrariamente, um aumento no uso de *para*.

Morais (2003) cita em seu trabalho que a reanálise da forma *lhe* e o seu desaparecimento como pronome de 3ª pessoa, no português brasileiro, deveu-se ao fato de que a preposição *a* está sendo substituída por *para*, conforme proposto por Raposo (1998).

Oliveira (no prelo) chega a conclusões semelhantes e mostra que a perda da preposição *a* com verbos dativos, o avanço do uso da preposição *para* e a recategorização do clítico dativo *lhe* estão acontecendo paralelamente, de acordo com análises de anúncios de jornais do século XIX. A autora trabalha com a hipótese de que *a* introduz complementos e *para* introduz adjuntos. Para Oliveira, isso parece ser mais plausível, visto estar em consonância com a hierarquia da referencialidade, segundo a qual os “*argumentos mais referenciais ocupam a posição mais alta na hierarquia referencial e os menos referenciais ocupam a posição mais baixa*”. (no prelo)

- a) Hoje que por Deliberação de SMI foi dada [a praça] *para* o Estabelecimento da Academia do Curso Jurídico (SP1828)

Oliveira explica que a gramaticalização da preposição *para* em (a) deve ter ocorrido a partir de deverbais, pois *para* [+meta], com complementos dativos, ocorreu a partir da noção de finalidade, em posição de adjunto.

Berlinck (2000b), ao estudar as comédias brasileiras do século XIX, verifica a importância da pessoa gramatical do complemento na variação das formas, bem como traça um esboço da mudança no uso da preposição que compõe o OI oblíquo. Tal estudo apontou a natureza sintático-semântica do verbo e a distância entre o complemento anafórico e seu antecedente como fatores explicativos para o fenômeno.

Enquanto estudos referentes à expressão de complementos verbais na variedade brasileira do português têm focalizado sua atenção normalmente em aspectos sintático-semânticos da construção, propõe Berlinck, que se dê maior atenção a influências de fatores de natureza discursiva. Ela vê essa necessidade devido ao fato de que a língua dispõe de um certo número de expressões dativas para a expressão anafórica. Desta forma, considera natural que se indague se a distribuição desses elementos no discurso é aleatória ou se obedece a algum princípio ligado à própria estrutura do discurso.

Assim, em estudo posterior, Berlinck (2000) avalia o papel do grau de acessibilidade do antecedente na determinação da variação entre formas anafóricas, além de constatar a significância do fator, tanto no nível sincrônico da língua, quanto em relação à mudança no sistema de expressão anafórica do PB.

Neste trabalho, a autora cita autores como Givón (1983,1988), para quem a continuidade referencial e a dimensão da previsibilidade ou acessibilidade do referente são fatores importantíssimos, e Ariel (1988) que vê na acessibilidade uma certa “economia” na forma, para que o falante use expressões mais “curtas” e mais “leves” do ponto de vista fonológico; em outras palavras: quanto mais acessível for o referente para o interlocutor, menos informação o falante terá que lhe fornecer para que ele opere a recuperação da referência.

Indiscutivelmente, face à amplitude da categoria dos complementos indiretos, um fenômeno digno de averiguação no português brasileiro, esta pesquisa torna-se pertinente, pois verificamos a questão do preenchimento ou não-preenchimento das formas pronominais dativas, o que nos permite trabalhar, entre outras questões, com o fenômeno do objeto nulo, do qual trataremos a seguir.

2.2.2.1 O Objeto nulo

Quanto ao postulado do objeto nulo, Cyrino (1999), numa perspectiva gerativista, já apresentava a hipótese de que esse fenômeno era produto da elipse em Forma Fonética (FF) e da reconstrução em Forma Lógica (FL), aliás, a natureza da reconstrução era semelhante nas diversas línguas, de acordo com Fiengo & May (1994); uma vez que correspondia a uma condição de identidade sintática, explicitando quais ocorrências são iguais em um *phrasal marker*, explica Cyrino.

Salienta a autora que tal elipse pode ocorrer ou não nas estruturas de reconstrução e, a partir de tal proposição, assume que “*teríamos a inaudibilidade de uma estrutura presente em FL.*”: (Cyrino, 2002:4).

Portanto, para a autora, a proposta de reconstrução explica os casos de objeto nulo no PB: a elipse de um antecedente [-específico], [-animado], como abaixo⁸:

- a) As comidas baianas eu gostei [] muito, sabe... (DID/RJ)
- b) Está faltando um copo dos novos...
Se está faltando, é porque você quebrou [] (Marques Rebelo, Rua Alegre 12,1940)

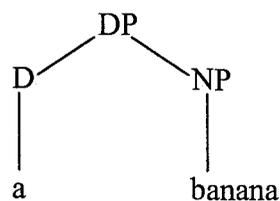
Todavia, adverte a autora que Kato (1993) considera o objeto nulo um *pro* identificado (como sendo 3ª pessoa) e portanto licenciado por um clítico nulo, e ou antecedente do clítico nulo deve estar sempre em uma posição de anti-c-comando, além de essa posição ainda ser responsável pela distinção entre o PB e o Português Europeu (PE). Desta forma, os exemplos abaixo são possíveis no português do Brasil e não no PE:

- a) Com relação ao jornal, Maria perdeu [] no ônibus.
- c) (0 (o jornal)), Maria perdeu no ônibus.
- d) João arquivou o artigo sem ler [].
- e) João comprou o jornal e Maria leu [].
- f) Onde está o jornal?
Maria perdeu [].

Kato explica que, em (a) e (b), tal possibilidade deveu-se ao fato de que nessas estruturas há deslocamento à esquerda e o antecedente é regido por um núcleo nulo. Já (c) que se assemelham a estruturas com lacunas parasíticas, onde não há uma primeira lacuna que licencie a parasítica. No exemplo (d), o que se tem é antecedente em uma posição de não c-comando na estrutura de coordenadas e, por fim, no exemplo (e), o antecedente pode ser um tópico discursivo recuperado de uma sentença anterior.

⁸ Os exemplos ilustram construções com objeto indireto nulo e objeto direto nulo, respectivamente.

Cyrino também apresenta a proposta de Raposo (1999) para quem o clítico acusativo de 3ª pessoa é um “determinante puro”, apresentando a seguinte estrutura:



Para autora, porém, aceitar a proposta de Kato e a de Raposo para o objeto nulo significaria ter uma sentença como:

f) João descascou a banana e Maria comeu [*a pro*]

Na sentença acima, Cyrino ainda atesta a presença de uma estrutura de reconstrução, isto é, uma possibilidade que as línguas podem ter para não repetir o que já foi dito, conforme exemplo reproduzido abaixo:

f¹) João descascou [a banana] e Maria comeu [a banana]

A questão da hierarquia de referencialidade proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000, *apud* Cyrino, 2002), também se configura interessante neste tocante ao objeto nulo, conforme esquema abaixo:

3ª p. 2ª p. 1ª p.

[-específico] [+específico]

[-referencial] ← ----- → [+referencial]

Pois, segundo Cyrino, para uma língua que tem a opção interna para variantes plenas ou nulas, um dos fatores que influencia a escolha é o estatuto referencial do antecedente.

Quanto ao princípio “evite pronome”, Cyrino propõe que a perda do clítico neutro no PB e o aumento das ocorrências de objeto nulo ocorreram devido a uma opção entre usar ou não usar o clítico sem comprometer a interpretação, como no exemplo:

- a) Foi que D. Tibúrcio, com a pena de ver cometido de três mulheres, como vossa mercê [/] sabe...(Antônio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, 1737)
- b) Eu *o* não sei, em minha consciência. (idem).

A autora considera ambas as sentenças de mesma estrutura de reconstrução, porém, adverte que em (b) ocorre a inaudibilidade (não há realização fonológica). O princípio evite pronome ali está presente devido à posição baixa na hierarquia de referencialidade, conclui a autora.

Cyrino sintetiza a questão do objeto nulo, segundo os tópicos:

1. Nem todos os clíticos caíram no PB;
2. Os clíticos que caíram são aqueles que têm baixa referencialidade: 3ª pessoa [-temático];
3. O fenômeno da queda de clítico não é necessariamente o fenômeno “objeto nulo”;
4. O objeto nulo é consequência do princípio “Evite pronome”;
5. No PB, o objeto nulo é consequência da possibilidade de V em uma categoria funcional relacionada a INFL, em uma posição diferente da queda que ocorre em PE.

Também Berlinck (2000), entre outras questões, observou que no panorama dos anafóricos, o objeto nulo teve um crescimento considerável como opção de expressão do dativo.

As discussões a seguir dão a dimensão do tema sob análise, sem perder de vista que ambos colaboram para a ilustração do quadro representativo dos complementos indiretos, no português do Brasil.

Ao analisar o *corpus* do JUC⁹, Berlinck (2000) chega à conclusão de que há uma correlação significativa entre o grau de acessibilidade do antecedente e o complemento anafórico, ou seja, o nulo é preferido quando o antecedente está no contexto imediatamente próximo e, à mediada em que o referente fica mais distante, ocorre menos. Os números percentuais dão a exatidão dessa diferença: 77% da forma objeto nulo contra 23% para preposição +pronome tônico, em oração imediatamente anterior, 70% de objetos nulos contra 30% prep. + pron. tônico, de 2 a 5 orações anteriores; e 50% a 50% em contexto de 6 a 9 orações anteriores.

Este fator também foi aplicado em um outro *corpus* de Berlinck, quando ela estudou o complemento dativo em peças de Martins Pena (1845), José de Alencar (1857) e de S. Lopes

⁹ JUC: Jovens Universitários Curitibanos – o *corpus* compõe-se de 20 horas de entrevistas semi-informais. As gravações datam de 1987.

(1896), do século XIX. Ao analisar essa ocorrência do OI, a autora partiu da seguinte questão: “em um momento da língua em que o elenco de opções é outro, um fator como o grau de acessibilidade do antecedente estaria atuando do mesmo modo?” (Berlinck, 2000:358).

A constatação a que chegou a autora foi de que os antecedentes se situam num contexto próximo ao elemento anafórico correspondente. Quando o antecedente está na oração imediatamente anterior, a relação anafórica se realiza principalmente por pronomes clíticos e objetos nulos, isto é, as formas menos salientes, marcadoras de alta acessibilidade. Entretanto, nas formas mais salientes, de acessibilidade mais baixa, os sintagmas preposicionados, se associam com mais frequência a antecedentes relativamente mais distantes no discurso (entre 2 a 5 orações anteriores), principalmente aquele representado por SN, conclui a autora.

Berlinck chama a atenção para a situação do objeto nulo ao apresentar um paralelo entre os dados do século XIX e do PBM¹⁰, pois ambos são contrastantes visto que essa forma anafórica passou, junto com o *Sprep+ pronome tônico*, de uma forma pouco usada para uma forma predominante entre as opções de expressão do dativo anafórico, conforme quadro ilustrativo:

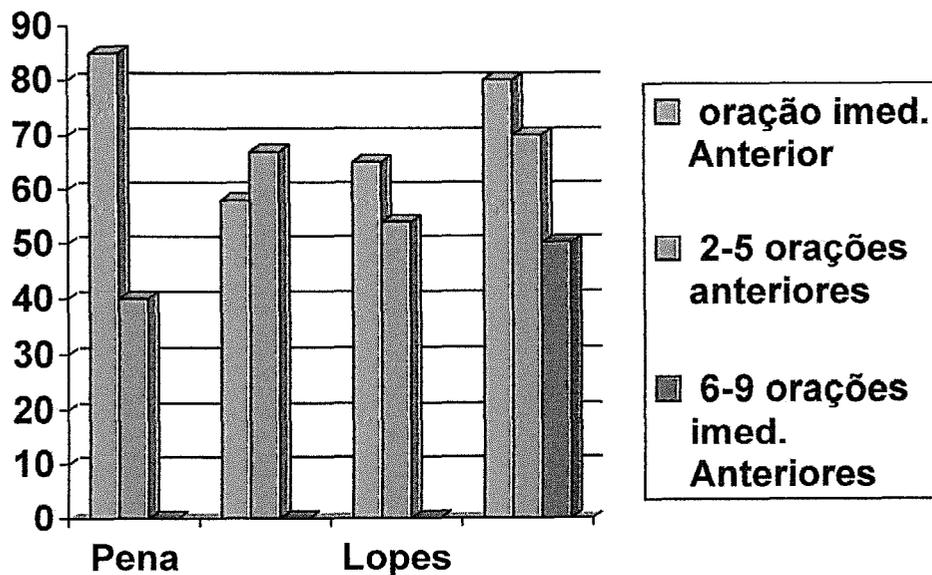


Figura 1 Frequência de ocorrência de objeto nulo segundo sua relação ao antecedente, nos dados do PB do século XIX.

¹⁰ Português Brasileiro Moderno.

A autora considera, portanto, que a utilização do fator grau de acessibilidade do antecedente tem um papel importante na análise, uma vez que favorece a verificação do processo de mudança por que passou a expressão anafórica de complementos verbais no português brasileiro, por exemplo.

Segundo o que se pode notar até então, o objeto nulo, realmente, se apresenta como um fator intrigante neste cenário dos complementos indiretos. Tal comprovação pode ser percebida facilmente se trilharmos as várias pesquisas a partir da década de 80, que se centraram na “questão do clítico e a ocorrência dos objetos nulos”.

2.3 A mudança no sistema pronominal do Português Brasileiro

Como pudemos observar na seção anterior, os pronomes têm sido, ao longo dos anos, assunto freqüente de várias discussões e assim gerando vários trabalhos acadêmicos a seu respeito. Sobre este fecundo tema, muito se tem observado acerca da mudança ocorrida no paradigma pronominal.

Mesmo constatando tais mudanças, é necessário que esclareçamos que a seguir privilegiaremos, apenas, a mudança ocorrida nas 2ª e 3ª pessoas, do singular e singular /plural.

Conforme se pôde verificar, na seção anterior, expusemos vários trabalhos significativos quanto ao estudo do fenômeno, como por exemplo, “Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise”, de Ilari et alii (1996).

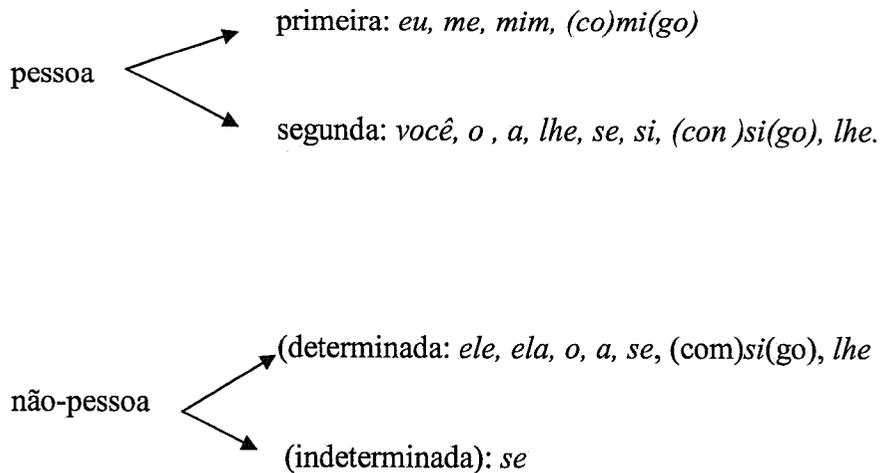
Para estes autores, a regularidade no paradigma dos pronomes proposto pela gramática tradicional já não sobrevive no português brasileiro, ou seja, “não há a perfeita correspondência entre pessoas do pronome e pessoas do verbo”. Tal regularidade não existe devido (i) à substituição do pronome de 2ª pessoa *tu* pelo pronome *você*, na maioria das variedades brasileiras; (ii) à adoção do *lhe* para designar a 2ª pessoa, e (iii) à forma oblíqua *te* que nem sempre se refere a *tu* como observado em:

L1. *Você* comeu muito brigadeiro?

L2. Não... por quê?

L1. Não *te* serviram? (DID-SP-234:129-133)

Ilari et alii chamam a isso de “transferência de papéis”, o que leva a considerarem o quadro abaixo como o “menos inexato” para refletir o sistema pronominal brasileiro:



Seguindo esta linha de estudos, Menon (1995) já havia observado tal mudança no sistema pronominal brasileiro, também partindo de uma crítica à visão da gramática tradicional que, segundo a autora, não reconhece estas modificações devido às “caturrices” ou meros “desconhecimentos” do processo evidente.

A autora apresenta, contudo, a “nova” distribuição dos pronomes pessoais em uso, mesmo advertindo que algumas variações já se tornaram mudança efetiva em algumas variedades do Português do Brasil: *inclusive a padrão, enquanto outras em plena efervescência, sem terem ainda se fixado.* (1995:103)

Nesse trabalho, Menon classifica os pronomes pessoais em: sujeito, (PSUJ) e objetos direto e indireto (POBJ) e os possessivos (PPOS). Assim, trabalhando com um *corpus* constituído do dialeto caipira em Curitiba, além de perceber a mudança no paradigma pronominal, conforme aventado acima, volta o olhar, entre outros fatores, às ocorrências de *você* e *lhe* para a alocação, parte que nos interessa particularmente.

O pronome indireto *lhe*, segundo a autora, foi transformado em pronome bifuncional, em virtude da capacidade de exercer duas funções, uma vez que teria sido carregado com o significado de 2ª pessoa, acompanhando o pronome *você* na sua jornada de pronominalização:

- a) Eu *lhe* vi ontem, no cinema.
- b) Você já fez o que *te* pedi?

Para a gramática tradicional, construções como (a) e (b) representam uma aberração gramatical, segundo Menon.

A autora afirma que o uso de *lhe/te* na função de complementos verbais transitivos, assim como o pronome *você*, não se caracterizam como um erro, conforme apontado pela gramática normativa, pois há de se considerar em que condições ocorrem, visto a variação entre eles não ser aleatória.

Desta forma, conclui a autora que *na situação de comunicação, o interlocutor é que vai determinar qual o pronome a ser empregado*. (1995:102).

Constatação semelhante fizeram as autoras Duarte e Lopes (2003) ao estudarem textos literários (peças teatrais populares) escritos em Portugal e no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Segundo as autoras, a opção por tais textos deveu-se ao fato de que representam traços típicos da fala dos períodos históricos analisados.

Duarte e Lopes concluíram que as formas não perdem definitivamente suas propriedades originais e não assumem de uma vez os traços característicos da nova classe da qual fazem parte, como é o caso de *Vossa Mercê* para *você*. Constataram, portanto, que em relação a *você*, a especificação original de 3ª pessoa persiste, porém com a interpretação semântico-discursiva passa a ser de 2ª pessoa.

- a) “Recebi ontem *sua* cartinha que muito me alegrou ver a *tua* letra e vejo que *estás* muito adiantado... Lembrei de quanto *você* gostava de ver desembarcar os animais”.¹¹

O exemplo acima retrata bem, segundo as autoras, a correlação de *você*, ora com as formas de 2ª pessoa (*te/teu/vos/vosso*), ora com as de 3ª (*seu(s)*).

Também apuraram que o *tu* predominou nas relações assimétricas, nas peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas, bem como a forma vulgar *você* tornou-se mais presente entre personagens populares e nas relações assimétricas de superior para inferior e ainda que a produtividade do traço de número plural, a mistura de tratamento e o emprego maior como sujeito nulo nas peças brasileiras implicam que a gramaticalização de *Vossa Mercê* para *você* começa “timidamente” no século XVIII e que no final do século XIX tal forma já figura como substituto do pronome *vós*.

¹¹ Originalmente (Silva e Barcia, 2002 a)

Estudos de Neves (2000) corroboram os trabalhos citados aqui anteriormente, uma vez que a autora afirma que o emprego da forma *você*, na língua falada e em conversa espontânea, é mais difundido do que *tu* para referência à 2ª pessoa. A autora vê nisso uma mistura possível de formas de referência pessoal de 2ª e 3ª pessoas, como atesta o exemplo da autora:

- a) “Pode ditar o que *você* quiser, eu escrevo. Sei fazer contas também. Eu já *te* falei.” [OMT/458].

Morais (2003) também aborda a questão da mudança do sistema pronominal brasileiro com a adoção da forma gramaticalizada *você* para a 2ª pessoa em detrimento de *tu*, em muitas regiões do Brasil. Essa mudança, aliás, representa um dos aspectos marcantes que separam hoje o português brasileiro da variante européia, defende a autora. Todavia, essa mudança faz com que o dativo *lhe* (de 3ª pessoa) concorra com outras formas no português brasileiro: como um sintagma preposicionado [*SP a/para + ele(s)*], na 3ª pessoa e, *a/para + você (s)*, na 2ª pessoa.

- a) Se o seu namorado merece mais do que rosas, dê *para ele* os melhores botões. Camisas Dudalina por Fernando de Barros. (CLÁUDIA, 06/04/1999)

A autora conclui que a baixa produtividade de *lhe* também reflete uma alteração do uso discursivo de *lhe* que deixou de apresentar-se como uma forma de 3ª pessoa, no PB, do lado do correspondente *a você*, ficando essa forma restrita à forma oblíqua, conclui a autora.

Também Cyrino (1993) menciona o desaparecimento dos clíticos acusativos. A maioria dos estudos no PB sugere que isso, na língua oral, é fruto dessa mudança ocorrida no paradigma pronominal. Em seu trabalho, de natureza diacrônica, a autora apurou que os clíticos de 1ª e 2ª pessoas, mesmo em proporção reduzida, ainda ocorrem no PB.

Neste trabalho, de teor comparativo, a autora anuncia que os clíticos de 2ª pessoa aumentaram e diminuíram, conforme os anos. Isto é, na comparação entre a 1ª metade do século XVI ao ano de 1973, houve variação: primeiramente, ocorreu uma diminuição considerável no uso desse clítico, porém a partir de 1940 (exceto pelos dados de 1960) seu uso voltou a aumentar. Cyrino ressalta que esta 2ª pessoa equivale à forma *você*, em detrimento de *tu*.

Apresentamos abaixo o quadro comparativo muito esclarecedor de tal variação no português do Brasil proposto por Cyrino:

Período	Clítico 1ª pessoa	Clítico 2ª pessoa	Clítico 3ª pessoa	Clítico <i>o</i> prop.	Tônico 1ª pessoa	Tônico 2ª pessoa	Tônico 3ª pessoa
1ª XVI	29.0	29.4	34.8	6.8	-	-	-
2ª XVI	30.6	12.6	43.3	13.5	-	-	-
XVII	20.3	16.4	52.3	11.0	-	-	-
1ª XVIII	36.5	19.3	27.8	6.4	-	-	-
2ª XVIII	40.1	15.8	27.0	7.1	-	-	-
1838-44	32.5	10.7	51.2	5.1	-	-	0.5
1857	23.3	11.4	57.9	2.8	0.6	-	4.0
1891	15.9	12.1	48.1	2.8	-	-	11.1
1940	49.1	22.4	26.7	-	0.9	-	0.9
1960	51.1	-	16.3	-	2.2	11.9	18.5
1973	28.0	24.0	4.0	-	-	-	44.0

Quadro3: Porcentagens dos clíticos e dos pronomes tônicos através dos tempos (em Cyrino, 1993)

Brito (1999, *apud* Cyrino, 2002), também através de pesquisa diacrônica, estuda o pronome de 2ª pessoa do singular com função de objeto, em textos oriundos de peças de teatro do português brasileiro, nos períodos entre os séculos XIX e XX, tendo apurado que a forma de uso *te* é muito significativa em todos os períodos analisados, em relação às outras formas *ti*, *lhe*, *você*¹². Contudo, é interessante notar o aumento da forma *você* no século XX.

O pronome *lhe* constitui uma forma interessante no campo dos clíticos, visto ter migrado da 3ª pessoa para a 2ª pessoa na variedade do PB, conforme atestam vários autores. Entre eles, segundo Cyrino, está Araújo Ramos (1999 *apud* Cyrino, 2002) que em estudos desse tema, em algumas localidades como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa, constatou essa migração de *lhe* para a 2ª pessoa, contra um baixo índice da variante *te*. Já Monteiro (1994 *apud* Cyrino, 2002) chama a atenção para a possibilidade de o *lhe* ter valor possessivo :

- a) Os físicos vão e vêm e não *lhe* resolvem o problema (289.POA.EF.M.III.)¹³

¹² Aqui privilegiamos apenas os clíticos dativos, em virtude de nossa pesquisa corresponder aos mesmos.

¹³ Estes exemplos de Monteiro ilustram a ocorrência do pronome *lhe* na 2ª pessoa, com valor possessivo.

- b) A tração na roda dianteira *lhe* dá mais segurança, mais estabilidade, mas em compensação *lhe* gasta mais pneu... (277.SSA.DID.M.I.)
- c) Ele pode atuar sobre a comunicação, sem modificar-*lhe* o sentido. (278.POA.EF.F.II)

Cyrino conclui, segundo o exposto acima, que *lhe* ainda existe no português brasileiro, mesmo que seu uso tenha sido modificado e que quase não ocorra como dativo de 3ª pessoa.

2.4 O pronome pessoal na abordagem Funcionalista

No modelo de Gramática Funcional de Dik (1997), o pronome é apresentado como sendo uma classe “fechada” dentro de uma classe ampla de termos possíveis de uma língua, visto ser indicador simples ou dêitico de seus referentes; podendo ser descrito nos termos de algumas distinções básicas que envolvem sempre as características do participante [+S], ou o falante (1ª pessoa); destinatários [+A] (2ª pessoa) e, não-participante [-S, -A] (3ª pessoa).

Dik postula, ainda, que o pronome é termo definido como “pronto para usar” no campo lexical. Para o autor, as várias características dos pronomes são interpretadas como um tipo de predicado abstrato sobre a variável do termo, conforme esquema a seguir:

	+Subject	-Subject
a. (d1x : [+S, -A] (x1)) ¹⁴	I	me
b. (d1x : [-S, +A] (x1))	you	you
c. (d1x : [-S, -A, +M] (x1))	he	him
d. (dmx : [+S] (x))	we	us
e. (dms : [-S, -A] (1))	they	them

Desta forma, Dik supõe que toda a informação no esquema acima está contida de algum modo no léxico, de modo que *I* expressa a função de sujeito e *me* a função “não-sujeito”.

Para o autor, o pronome se comporta gramaticalmente e pragmaticamente como termos definidos, ou seja, já possui definição intrínseca. Os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoa não possuem indefinições, por exemplo, desde que sejam usados para referência dos

¹⁴ x equivale ao fato possível relevante / m equivale ao operador de plural

participantes da situação de fala, visto estarem disponíveis e assim identificáveis em qualquer circunstância. A definição deve estar marcada na estrutura básica, de acordo com o esquema: (d1x : [+S] (x1)) – I.

Para Halliday (1994), o pronome pessoal representa o mundo de acordo com a perspectiva do falante, no contexto de uma interação verbal. A distinção básica se dá entre os papéis dos interlocutores (*I, you*) e os outros papéis (*he, she, it, they*). [...] No caso dos pronomes, o referente é definido interpessoalmente pela situação de comunicação.

Quanto à referência, o autor observa que esta se desenvolveu primeiramente como uma relação exofórica, isto é, como um meio de se referir a alguma pessoa ou objeto presente no contexto situacional. As formas de terceira pessoa (*he, she, it, they*) podem ser usadas exoforicamente, mas freqüentemente são itens anafóricos, ou seja, eles apontam não “para fora”, para o contexto situacional, mas “para trás”, para o texto precedente.

2.5 A anáfora na abordagem Funcionalista

Dik (1989) concebe a anáfora como um elemento da estrutura subjacente da oração que se refere a uma pessoa ou coisa que já tenha sido mencionada diretamente ou indiretamente no discurso, ou está mencionada na mesma oração. O elemento referido será chamado de elemento anafórico, ou termo anafórico. O autor denomina “antecedente” do elemento anafórico a expressão que introduz o referente no discurso, portanto a anáfora ocorre quando há uma relação entre um elemento e o antecedente, bem como quando o elemento anafórico e o antecedente são usados para se referir a mesma coisa (correferência). Serão chamados de correferenciais. O autor, porém, adverte que haverá casos em que um elemento anafórico não está ou não é estritamente correferencial com o seu antecedente, quando:

1. O antecedente introduz uma variável, ou seja, há casos em que o elemento anafórico refere-se a um membro do conjunto definido no antecedente, como no exemplo:

a) *Toda mãe gosta de seus filhos.*¹⁵

¹⁵ Tradução nossa da oração: Every mother likes her childrens .

No exemplo acima, Dik explica que o elemento anafórico *sua* não é portanto estritamente correferencial com o seu antecedente *toda mãe*.

2. O elemento anafórico refere-se a um Sub-Tópico. Em muitos casos o elemento anafórico não se refere estritamente à entidade referida pelo antecedente, mas ao Sub-Tópico que pode ser inferido naquela entidade: cada Sub-Tópico pode ser uma parte da entidade introduzida pelo antecedente.

b) Num banco da praça ele viu *um casal de idosos*. *O homem... a mulher...*

Ou o Sub-Tópico pode ser dedutivamente relacionado à entidade introduzida pelo antecedente de outras maneiras:

c) *A festa* estava tolerável, mas *a música* estava terrível.

d) *Uma mulher* foi atacada ontem na rua principal. *O atacante... a vítima...*¹⁶

Em cada caso acima, os constituintes (*o homem, a mulher, a música, o atacante e a vítima*) podem ser empregados anaforicamente, embora não sejam estritamente correferenciais com o antecedente.

3. Quando o antecedente não faz referência: A referência anafórica é possível às entidades que foram estabelecidas por antecedentes não usados referencialmente por eles mesmos.

e) *John* é inteligente, mas Peter não.

(John is intelligent but Peter is *it* not. (John is intelligent but Peter isn't).

Novamente, o pronome é usado anaforicamente, ainda que exatamente não seja correferencial com o antecedente. Relação semelhante ocorre em:

¹⁶ a) The party was tolerable, but the music was awful. b) A lady was attacked in High Street yesterday. The attacker... the victim...

f) O carro era *laranja* e John odiava *aquela cor*.¹⁷

Neste caso *a cor* anaforicamente refere-se à propriedade que pode estar dedutivamente como um Sub-Tópico da entidade estabelecida pelo antecedente *o carro*.

Segundo Dik, as definições de anáfora têm as seguintes implicações:

1. Expressões como “o elemento anafórico refere-se ao antecedente” são evitadas. Primeiro, expressões não se referem, mas falantes se referem por meio de expressões. Segundo, falantes não se referem anaforicamente por antecedentes, mas por entidades estabelecidas por antecedentes. O exemplo abaixo ilustra um caso de referência anafórica a um antecedente:

g) *A man big is wrong. É agramatical.*

2. Todo elemento anafórico tem um antecedente no discurso: o antecedente em si não é usado anaforicamente, mas serve para estabelecer algumas entidades no discurso.

3. Apesar de os elementos anafóricos estarem, geralmente, definidos, nem todos os termos definidos são anafóricos: termos definidos (desde que pressuponha a disponibilidade do referente estabelecido pelo antecedente) são usados não-anaforicamente (de acordo com essa definição) quando a base de suas identificações, geralmente, se encontra presumida mais na informação situacional do que no contexto discursivo:

h) Quando John saiu, *o sol* estava brilhante, embora estivesse menos brilhante do que o dia anterior.¹⁸

No exemplo acima, Dik explica que *o sol*, embora definido, não é anafórico, pois não houve nenhuma menção precedente do *sol* no discurso. A definição do termo é autorizada pelo conhecimento presumido. O pronome é usado anaforicamente para se referir à uma entidade que foi estabelecida pelo *sol*.

¹⁷ The car was orange and John hated that colour.

¹⁸ When John left, the sun was shining, though it was less bright than the previous day.

Em (a) *O homem de jaqueta marrom* é o novo professor de ciências. *Ele* apenas começou a ensinar¹⁹. Dik explica que a definição do termo é autorizada pela informação situacional presumida. Novamente, não é usado anaforicamente. *Ele* é usado anaforicamente para se referir à entidade que foi introduzida por *o homem de jaqueta marrom*.

4. Elementos anafóricos podem produzir “cadeias” no discurso, segundo o autor. Tais cadeias possuem várias denominações: cadeias de tópicos (Dixon, 1972), extensões identificáveis (Grimes 1975) ou cadeias anafóricas (Chastain, 1975). Dik, no entanto, classifica-as como cadeias anafóricas. Uma cadeia anafórica, então, constitui-se de antecedente e de toda a referência anafórica subsequente referente à entidade estabelecida pelo antecedente.

Ilari (2001) considera que a anáfora textual e a correferência são dois fenômenos encaixados, porém de naturezas distintas. Ou seja, o autor defende a tese de que pode haver anáfora entre expressões nominais mesmo quando estas não são correferenciais, bem como também pode haver correferência entre SNs (que aparecem em pontos diferentes de um mesmo texto) sem que necessariamente ocorra uma anáfora.

Para o autor, tais argumentos vão de encontro aos postulados – há muito defendido pelos lingüistas e que também nortearam muitos estudos acerca desse tema – que se baseiam na crença de que a anáfora é uma operação semântica de correferência.

A anáfora é, portanto, nas palavras do autor: “*um forte argumento para que, entre a linguagem e o mundo, queiramos situar uma interface que não é neutra, mas guarda as marcas cognitivas (culturais? psicológicas? sociais?) de nosso envolvimento com determinados grupos sociais que interpretam e conhecem, e que para isso confiam (ou agem como se confiassem) numa determinada organização do mundo:*” (Ilari, 2001:108/109)

Ilari acredita que a eficiência comunicativa está na dependência da boa avaliação recíproca dos interlocutores e isso, observa o autor, é o que faz reencontrar a propósito da anáfora aquele fator pragmático que é comum em lingüística, sendo a articulação tema/rema, a pressuposição e as implicaturas alguns de seus exemplos privilegiados.

Restringindo mais o campo das anáforas, Marcuschi (2001) investiga alguns aspectos da anáfora indireta (AI), denominação mais recente da anáfora associativa, partindo de uma visão não referencialista nem representacionalista de língua.

¹⁹ That man with the brown jacket is the new science teacher. He has just started teaching

O autor trata das ocorrências de anáforas que não têm um antecedente ou subsequente referencial explícito na contextualidade e que tanto podem se manifestar na forma nominal quanto na pronominal:

- a) *A equipe médica* continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo *eles*, o paciente não corre o risco de vida.

No exemplo acima há uma realização da AI por elemento pronominal, no caso *eles*. Fato esse que, de acordo com o autor, diverge da proposta de Schwarz (2000 apud Marcuschi 2001) quando esta afirma que AI (anáfora indireta) não se dá normalmente por elementos pronominais.

Marcuschi explica que as anáforas indiretas se resolvem em atividades inferenciais de natureza variada e em processos de ativação, além de serem ancoradas em domínios cognitivos e pragmáticos – condições suficientes – segundo o autor, para diferenciá-las das anáforas clássicas.

O autor ressalta que essas anáforas são muito freqüentes em textos orais e escritos e não oferecem problemas de interpretação, pois entre uma anáfora indireta e um contexto antecedente (âncora) há um vínculo coerente, mesmo não existindo uma relação explícita com um antecedente.

Marcuschi as enquadra numa tipologia, segundo a hipótese do *continuum* anafórico: (a) AI baseadas em papéis temáticos dos verbos; (b) AI baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos; (c) AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais; (d) AI baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual; (e) AI baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações; e (f) AI esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes. Neste tipo de AI, é importante que se observe que esses pronomes não consistem em retomadas de referentes anteriormente introduzidos, e sim ativadores de novos referentes com base em elementos prévios que aparecem no discurso. Essa AI nos interessa muito de perto, pelo fato de estudarmos os pronomes de 2ª e 3ª pessoas como dativos no português brasileiro.

Os exemplos abaixo, do autor, ilustram casos de AI esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes:

- a) Estamos *pescando* há mais de duas horas e nada, porque *eles* simplesmente não mordem a isca.

- b) A: Maria pretende *casar* no final do ano.
 B: e o que é que *ele* faz?

O autor salienta que a compreensão desse tipo de AI pronominal não é tão fácil, bem como o grau de aceitabilidade desses casos é variável e não homogêneo. Contudo, conclui que a interpretação e a determinação dessa AI estão ancoradas em algum elemento lexical anterior confirmado por algum elemento posterior, geralmente de natureza catafórica.

Marcuschi observa, dentre tantos fatores, a importância do papel das AIs, por exemplo, como uma oportunidade de se verificar a questão dos aspectos cognitivos na gramática, ou seja, o autor parte da indagação de como a cognição atingiria a gramática.

2.6 Acessibilidade no Funcionalismo

Para Dik, a Acessibilidade é definida como a capacidade de uma posição de termo ser alvo de alguma operação gramatical.

O autor explica que dentro de uma estrutura da oração, em determinadas situações, é impossível estabelecer uma relação anafórica entre alguma posição de termo e um certo antecedente em potencial. Nos exemplos abaixo:

- a) John viu-se no espelho.
 b) * Ele mesmo viu John no espelho.²⁰

O autor explica que o elemento anafórico *ele mesmo* pode referir-se ao antecedente *John*, em que *John* é sujeito e *ele mesmo* é objeto, mas não de outra maneira. Um antecedente objeto não é acessível à posição de sujeito em algumas orações.

- a) Quando entrou no quarto, John viu uma enorme bagunça²¹.

²⁰ a) John saw himself in the mirror. b)* Himself, saw John in the mirror.

²¹ When he entered the room, John saw an enormous mess . * He entered the room and John saw an enormous mess.

b) * Ele entrou no quarto e John viu uma enorme bagunça.

Nos exemplos acima, o elemento anafórico pode referir-se ao antecedente John quando este está numa oração subordinada precedente, mas não quando é uma oração coordenada precedente. O antecedente John é acessível ao primeiro, mas não ao último. Para Dik, a oração (a) possui uma interpretação possível, embora nela os termos *ele* e *John* não sejam correferentes. Então, nesse caso, ou *ele* é usado deiticamente (aponta para uma entidade disponível na situação comunicativa), ou é correferencial de algum antecedente no contexto.

Desta forma, Dik indaga sobre quais seriam os fatores que determinam se um antecedente dado é acessível a um elemento anafórico.

Segundo o autor, a definição de relação anafórica tem sido discutida de maneira ampla, então propõe que se analise como o elemento anafórico pode ou poderia ser expressado.

Dik afirma que a expressão dos elementos anafóricos pode ser determinada por dois fatores principais: (i) pela variação do tipo de entidade a que o elemento anafórico se refere, e (ii) pela ordem dessa entidade, que pode variar, segundo fatores pragmáticos envolvidos.

Quando o elemento anafórico e o antecedente estão relativamente próximos na estrutura básica da oração, aquele é expressado por um pronome reflexivo; quando estão mais distantes, o elemento anafórico pode ser expresso por um pronome pessoal, e em outras circunstâncias pode ser por *zero*.

Quando se restringe a atenção para a ordem da entidade, os termos anafóricos podem ter as formas: (i) nominal, (ii) pronominal (pronome reflexivo, pronome relativo, pronome possessivo, pronome demonstrativo, *pronome pessoal forte* ou *fraco*, e *zero*).

Tais formas são ordenadas de acordo com o grau de clareza, segundo o modelo:

1. Termo nominal > Demonstrativo > pronome pessoal forte > pronome pessoal fraco > zero.

Para análise de nosso *corpus*, interessa-nos a questão do pronome pessoal forte, pronome pessoal fraco e zero (categoria vazia).

Conforme Dik, Givón (1983) já havia avançado a idéia de que a clareza dos elementos anafóricos está correlacionada com o grau de continuidade de seus referentes pretendidos no avanço do discurso. Continuidade era suposta para ser quantitativamente dimensionável em

termos de distância referencial (número de orações intervenientes entre o elemento anafórico e o antecedente), permanência (do referente em questão no contexto seguinte), e ambigüidade (número de antecedentes alternativos disponíveis). Tais correlações podem, realmente, ser estabelecidas, mas também podem deixar claro que uma variedade de distinção mais qualitativa pode ser relevante para a escolha da expressão anafórica.

Dik cita que Van de Grift (1987) e Bolkestein – Van de Grift (1994) estudaram os fatores pragmáticos que influenciaram, no Latim, a escolha das expressões do sujeito anafórico, por exemplo. Esses autores descobriram que fatores como a (i) continuidade do tópico; (ii) a posição na cadeia anafórica, e (iii) a continuidade do sujeito explicam, parcialmente, tais escolhas. Segundo Dik, a cadeia anafórica dá uma importante contribuição à continuidade, à coerência e à estruturação do discurso.

Para o autor, a referência anafórica também pode ser feita por outros tipos de entidades, em particular, aqueles tipos distinguidos na camada da estrutura da oração. Dik, então, elenca os tipos de entidades que podem ser referidas anaforicamente por: (i) propriedades e relações; (ii) entidades espaciais; (iii) estados-de-coisas; (iv) fatos possíveis, e (v) atos de fala.

Dik conclui que o modelo hierárquico da estrutura da oração defendido na Gramática Funcional (FG) permite que se distinga a anáfora que se refere às entidades de diferentes ordens, desde que a natureza da entidade referida, em alguns casos, esteja refletida na forma dos elementos anafóricos.

Bastos (2000) trata da questão da hierarquia de acessibilidade ao buscar um instrumental para analisar de maneira mais precisa e refinada as construções relativas do PB. Para tanto, adota o postulado da Acessibilidade, segundo a Gramática Funcional de Dik (1978).

O autor, então, parte da premissa de que a interação social que se dá por meio da linguagem é definida por Dik como uma forma de atividade cooperativa estruturada, ou seja, é organizada por regras, normas e convenções e, é cooperativa por necessitar de pelo menos dois participantes.

Assim, a lingüística funcional trabalha com regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, ou seja, regras que regulam a constituição das expressões lingüísticas e também as regras pragmáticas que governam os padrões de interação verbal em que tais expressões são usadas.

Segundo Bastos, a definição do conceito de acessibilidade de Dik corresponde à capacidade de uma posição de termo ser alvo de alguma operação gramatical: “*Diz-se que*

uma posição de termo T é acessível a uma dada operação O quando esta pode ser aplicada àquela.”(Bastos 2000:2)

O autor adverte que a acessibilidade de T a O sofre restrições dos seguintes tipos: (i) restrições intrínsecas (ou semânticas) dos termos-alvo; (ii) as restrições hierárquicas (referem-se a posição estrutural dos termos-alvo) e, (iii) as restrições funcionais, relacionadas com as Funções Sintáticas e as Funções Semânticas subjacentes aos termos-alvo. Tais restrições atuam mutuamente na determinação do grau de acessibilidade.

Dik, segundo Bastos, propõe uma reinterpretação de cada posição da Hierarquia, a saber Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto, etc. Aqui nos deteremos apenas no Objeto Indireto.

Objeto Indireto é a função que não tem status independente, na Gramática Funcional, de acordo com Bastos. O autor explica que a noção tradicional que se tem do Objeto Indireto é reinterpretada como codificação de uma Função Semântica Recipiente ou Beneficiário, ou como uma combinação das funções Recipiente/Beneficiário + Objeto, como em:

- a) O João deu o livro (*MetaObj*) para mim (*Rec*)
- b) João deu-me(*RecObj*) o livro(*Meta*)
- c) Compre uma jóia(*MetaObj*) para mim(*Ben*)
- d) Compre-me(*BenObj*) uma jóia(*Meta*)

Nos exemplos acima, Bastos explica que tradicionalmente o que é chamado de objeto indireto, na verdade, comporta-se como um oblíquo, que tem apenas ‘função semântica’, ou como um OD²².

Bastos, então, propõe uma hierarquia com base em Dik, como sendo:

1. Hierarquia de Acessibilidade segundo as Funções Semânticas:
A1 > Meta > Recipiente > Beneficiário > Instrumento > Locativo
2. Hierarquia de Acessibilidade segundo as funções Sintáticas:
Sujeito > Objeto > não-Sujeito, não-Objeto

²² Segundo Bastos, construções em inglês explicitam isso melhor do que o português, como em a) The customer gave some tip (*MetaObj*) to the bellboy (*Rec*), ou seja, “O cliente deu uma gorjeta ao mensageiro (de hotel). [tradução do próprio autor]

Para Dik essas hierarquias e a interação entre elas devem ser interpretadas do seguinte modo: *“se um termo possui só uma Função Semântica, então a Hierarquia de Função Semântica pode co-determinar sua acessibilidade; se um termo tem também uma Função Sintática, então ele será, por essa razão, mais acessível do que termos só com Função Semântica, sua acessibilidade sendo determinada pela Hierarquia de Função Sintática. Nesse caso, sua função semântica subjacente pode co-determinar sua acessibilidade, novamente de acordo com a Hierarquia de Função Semântica.”*(Dik, 1997, *apud* Bastos 2000 :9).

Ressaltamos, todavia, que nossa análise contemplará a acessibilidade proposta por Berlinck (2000), com base na teoria de Ariel (1988 *apud* Berlinck, 2000), cujos estudos propõem uma hierarquia da acessibilidade do antecedente, caracterizada, principalmente, pelo fator distância, conforme já citado no 2º capítulo.

CAPÍTULO 3

CORPUS SOB ANÁLISE

O presente trabalho propõe um estudo das formas pronominais de 2^a e de 3^a pessoas que preenchem a casa do objeto indireto e também o seu não-preenchimento, enquanto fenômeno de variação, em dados colhidos em material veiculado pela televisão, mais especificamente novelas e entrevistas, todos ambientados no século XXI, constituindo, assim, um estudo sincrônico desta questão gramatical.

A natureza deste trabalho implica a necessidade de estudo quantitativo, com especial relevância para cálculos de frequência de uso/não uso do pronome pessoal com função de objeto indireto bem como do peso relativo dos fatores considerados significativos para tal uso.

A escolha de tal *corpus* deveu-se ao fato de a mídia constituir um campo de grande importância para a pesquisa lingüística, uma vez que vem assumindo um crescente prestígio na formação da opinião pública, nas linhas política, social e econômica e, conforme Santaella, *a multiplicação das mídias tende a acelerar a dinâmica dos intercâmbios entre formas eruditas e populares, eruditas e de massa, populares e de massa, tradicionais e modernas.* (Preti, 1999: 50).

Preti observa que na televisão, por exemplo, mesmo apresentando um texto escrito, há um esforço por parte dos redatores em torná-lo próximo da língua falada. Ainda neste campo, o autor considera produtivo, por exemplo, o estudo lingüístico através dos diálogos das novelas e suas ligações com as características psicossociais das personagens.

O autor conclui, então, que por ser a mídia o quarto poder do mundo contemporâneo, constitui um desafio para compreensão de sua linguagem e dos limites de sua presença na vida das pessoas.

As novelas são, entre outras coisas, textos típicos de discurso mais informal, que permitem a infiltração das variantes não-padrão, segundo Tarallo (2000).

Nos programas de entrevistas, conforme Preti (1999), há uma preocupação com a naturalidade da fala por parte do entrevistador, visto que este tem a preocupação não somente com o entrevistado, o seu interlocutor, como também com a audiência, no caso os seus telespectadores. O autor afirma que essa aproximação com a linguagem falada ocasiona uma melhor fluência das entrevistas.

Fávero et alii (1999) definem as entrevistas como um jogo interacional onde os participantes já conhecem as regras estabelecidas em cada programa.

Tanto a novela quanto a entrevista são consideradas, por Tarallo (2000), textos permissivos, devido ao seu caráter mais tolerante à entrada de formas não-padrão.

3.1 Os dados sob análise

O presente estudo constitui a análise de um total de 312 ocorrências correspondentes a frases com verbos passíveis de serem utilizados com complemento dativo, colhidos em textos televisivos (novelas e entrevistas) gravados no período de janeiro de 2004 a abril de 2004. Deste total de 312 ocorrências, 212 correspondem à 2ª pessoa e 100 à 3ª pessoa.

Entre as novelas, foram contempladas *Da cor do pecado*, escrita por João Emanuel Carneiro, e *Celebridade*, de autoria de Gilberto Braga, que foram veiculadas pela Rede Globo de televisão, nos horários 19h30 e 22h, respectivamente.

Os programas de entrevistas escolhidos para análise foram *O programa do Jô* e *Altas Horas*, transmitidos pela Rede Globo de Televisão, e *Roda Viva*, veiculado pela TV Cultura. Tais programas são apresentados no período noturno e embora tenham como função principal a entrevista, possuem estilos distintos. *O Programa do Jô* e *Altas Horas* inserem-se no gênero *talk show*, ou diálogo entre entrevistado e entrevistador, situação que confere maior proximidade entre os envolvidos na conversação. Ambos os programas possuem platéia, sendo que o segundo conta com a interação com a platéia, que pode sugerir perguntas ao entrevistado.

Já o *Roda Viva* é de caráter mais jornalístico, envolve vários jornalistas entrevistadores que dirigem perguntas ao entrevistado, e a interação com o público (no caso os telespectadores) ocorre através de fax ou via Internet. Segundo alguns especialistas, quando as entrevistas são com políticos, “*ocorre discurso polêmico, gerador de situações onde emerge o conflito*” (Andrade, 2000:74). Os entrevistados de nossas gravações foram Marta Suplicy, na época prefeita da Cidade de São Paulo, e Aldo Rebelo, então Ministro do governo Lula.

Os entrevistados do *Programa do Jô* foram as atrizes Maria Fernanda Cândido e Mara Carvalho, a apresentadora Marília Gabriela, o ator Reinaldo Gianichini e o violonista Marcos Biancardini.

No programa *Altas Horas*, os convidados da noite foram os atores Serginho Hondjakof, Daniela Susuki e, Norton Nascimento, e os cantores Elba Ramalho e Dominginhos, além de um jovem da platéia.

Foram gravadas 10 horas de diálogo televisivo, sendo 5 horas de novelas e 5 horas de entrevistas. Identificaremos os exemplos retirados de novelas com a sigla *Nov*, e os extraídos de

entrevistas, com a sigla *Entr.* Após esta informação, encontra-se o número do informante e a página da transcrição.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

Para descrição e análise da variação do pronome pessoal de 2ª e 3ª pessoas com função dativa no PB, observada nos diálogos de novelas e de entrevistas televisivas, foram consideradas as ocorrências de presença e ausência desses pronomes naqueles textos, correspondendo à variável dependente.

Nesta análise, estabelecemos alguns fatores de natureza lingüística e social que, em tese, condicionariam a presença ou a ausência das formas pronominais de 2ª e 3ª pessoas com função dativa no Português Brasileiro (PB). Tais fatores se baseiam em estudos já realizados por outros pesquisadores e contemplam os níveis gramatical, semântico e discursivo.

Para tal análise, seguimos os moldes da metodologia da Sociolingüística Quantitativa, cujos pressupostos dão conta de explicar que a variação lingüística não é aleatória, sendo, portanto, fundamental identificar os fatores lingüísticos e sociais que favorecem ou desfavorecem o uso de uma ou outra variante, de acordo com os conjuntos de programas computacionais Varbrul, cujas funções nos possibilitaram verificar:

- (1) a freqüência geral de presença e ausência dos pronomes como complementos dativos²³;
- (2) a seleção por ordem de importância dos fatores estatisticamente pertinentes;
- (3) os fatores descartados como numericamente irrelevantes;
- (4) o peso relativo dos fatores lingüísticos e sociais relevantes;
- (5) o cruzamento dos fatores.

Assim, os recursos do pacote Varbrul forneceram condições não só para analisarmos a correlação entre fatores lingüísticos e sociais e a questão gramatical em estudo como também facilitaram a descrição das ocorrências, que foram analisadas como se sugere em I, II, III e IV do item a seguir.

²³ Nas tabelas relativas aos resultados da análise, usamos somente a freqüência de *realização* do pronome.

4.1 Descrição dos dados

As categorias abaixo caracterizam as ocorrências que serviram de base para análise dos dados.

I- Tonicidade da forma pronominal representada por:

a) forma tônica com preposição

- (1) Pergunta **pra ela!** (Nov- I. 206,p.13)
- (2) O dinheiro que eu tinha acabado de dar **a ele...** (Nov- I. 189,p.12)
- (3) Moça, eu não falei **pra você** esperar lá fora? (Nov- I. 5,p.1)

b) forma átona (clítico)

- (4) (...) Seja declarado que **lhe** cabem os direitos... (Nov- I. 90,p.6)
- (5) Darlene... eu já **te** falei... (Nov- I. 18,p.1)
- (6) (...) Darlene... eu ia **lhe** lembrar... (Nov- I. 15,p.1)
- (7) (...) eu queria... eu vou **te** pedir uma ajuda... (Nov- I. 21,p.2)

II- Quando átono, forma pronominal representada por:

a) Clítico *te*

- (8) Cezinha, eu vou **te** fazer uma pergunta... (Nov- I. 48,p.4)
- (9) Eu vou **te** dizer uma coisa... (Nov- I. 118,p.8)
- (10) Eu **te** contei? (Nov- I. 255,p.17)

b) Clítico *lhe*

- (11) Quanto é que eu **lhe** devo? (Nov- I. 93,p.7)
- (12) Deixa eu **lhe** dizer uma coisa... (Entr- I. 193,p.15)
- (13) Mas, prefeita, deixa eu **lhe** perguntar... (Entr- I. 287,p.20)

III- Quando tônico, tipo de preposição:

a) Preposição *para*

- (14) O que eu disse **pra ele**... (Nov- I. 190,p.12)
- (15) O que foi que essa mulher fez de horrível **pra você**? (Nov- I. 82,p.6)
- (16) Passa esse problema **pra ela**... (Nov- I. 99,p.13)

b) Preposição *a*

- (17) Eu devo tudo **a você**... (Nov- I. 150,p.10)
- (18) Eu pedi **a ele** e a mãe dele... (Nov- I. 152,p.10)
- (19) Fazer uma visita **a ela**... (Nov- I. 311,p.21)

IV- Pessoa gramatical²⁴:

a) 2ª pessoa [P2]

²⁴ A pessoa gramatical figurará tanto na descrição, quanto nos fatores lingüísticos.

- (20) Como você me ilumina... e vai **te** dar muita alegria... (Nov- I. 28,p.2)
- (21) Escuta bem... o que eu vou **lhe** dizer... (Nov- I. 16,p.1)
- (22) Com certeza... D. Iolanda... eu [**0**] dei minha palavra. (Nov- I. 33,p.3)
- (23) Eu não falei **pra você** esperar lá fora? (Nov- I. 92,p.7)

b) 3^a pessoa [P3]

- (24) Vou dar **a ele** um presente. (Nov- I. 204,p.13)
- (25) Vou deixar um recado **pra ela**, sim. (Nov- I. 128,p.9)
- (26) (...) seja declarado que **lhe** cabem os direitos... (Nov- I. 90,p.6)

4.2 Fatores lingüísticos e sociais

O quadro a seguir apresenta de forma resumida os fatores lingüísticos e sociais utilizados na análise.

Fatores lingüísticos e sociais	Subfatores
1) Tipo de texto	n – novela e – entrevista
2) Natureza semântica do verbo	a – transferência material b – transferência verbal/perceptual c – movimento físico d – movimento abstrato
3) Estatuto informacional do complemento	g – dado u – novo
4) Pessoa gramatical	2 – 2ª pessoa 3 – 3ª pessoa
5) Acessibilidade do antecedente	p – na oração i – oração imediatamente anterior t – 2 a 5 orações q – 6 a 9 orações s – 10 a 20 orações
6) Traço semântico do referente	[+ humano] x [– humano] [+ animado] x [– animado]
7) Faixa etária do informante	j – jovem m – meia-idade I – idoso

Quadro 4: fatores lingüísticos e sociais utilizados na análise das formas pronominais de 2ª e 3ª pessoas: presença e ausência.

4.3 Os pronomes pessoais de 2ª e 3ª pessoas com função dativa no Português Brasileiro: ausência e presença

Em nossa análise, foram realizadas três rodadas com a utilização dos programas do Varbrul. Na primeira, foram incluídos somente os dados da 2ª pessoa; na segunda rodada, os dados da 3ª pessoa; e, por fim, na última rodada foram considerados os dados dessas duas pessoas em conjunto.

O programa do Varbrul²⁵ selecionou como estatisticamente significativos os seguintes fatores, por ordem de importância:

- (i) primeira rodada (P2): natureza semântica do verbo, tipo de textos;
- (ii) segunda rodada (P3): tipo de textos, natureza semântica do verbo, e estatuto informacional do complemento;
- (iii) terceira rodada (P2 e P3): tipo de textos, pessoa gramatical, natureza semântica do verbo, e acessibilidade do antecedente.

Na análise que segue, exporemos, além dos fatores que se mostraram estatisticamente significativos, também o fator lingüístico traço semântico do referente e o fator social faixa etária, que não foram selecionados. Isto se deve ao fato de observarmos a importância destes fatores em vários estudos que tratam dos pronomes de uma forma geral.

4.3.1 Tipo de Textos

Consideramos que tanto a variação entre preenchimento x não-preenchimento, como a escolha das formas que são utilizadas para ocupar a posição de objeto indireto (*lhe, te, a você, para você, a ele, para ele*), estariam sendo condicionadas pelo tipo de texto.

Embora reconheçamos que as novelas procuram reproduzir a linguagem de seu tempo, bem como retratar situações de conversação apresentadas como bastante espontâneas, informais, próximas da atividade verbal cotidiana, deve-se reconhecer que se trata de um texto escrito, que pressupõe a utilização de formas padrão.

As entrevistas, por sua vez, ainda que pertençam ao domínio da língua falada, apresentam um alto grau de formalidade. Segundo Labov (1994), é o estilo formal que ocorre quando o falante está respondendo questões que são formalmente reconhecidas como parte da entrevista, pois, à medida que constitui um discurso público, monitorado e controlado em resposta à presença de um observador externo, requer um contexto formal, que determina uma maior preocupação do falante com a sua linguagem.

O quadro a seguir resume as características destes dois tipos de texto:

²⁵ Foram utilizados os programas Step Up, que selecionou os fatores estatisticamente relevantes, e o Step Down, que descartou os fatores numericamente irrelevantes. Os fatores que não foram selecionados foram também descartados, mostrando a coerência da análise.

Entrevista	Novela
Formal	Informal
Língua falada	Língua escrita
Língua padrão	Língua padrão

Vários autores que estudam o PB têm destacado a marcante distância que separa o português escrito do português oral. A expressão escrita é mais conservadora, e ainda busca manter os preceitos ditados pela gramática tradicional.

Assim, hipotetizamos que o texto de novelas, face ao seu caráter de língua escrita, condicionaria uma maior frequência de preenchimento da casa do objeto com formas pronominais; e as entrevistas, por seu turno, tenderiam a um menor índice de preenchimento.

Os resultados são exibidos nas tabelas 1 e 2 a seguir.

Fatores	Frequência	Peso Relativo²⁶
Novelas	117/162 = 72%	.54
Entrevistas	26/50 = 52%	.36
Total	143/212 = 67%	

Tabela 1: frequência e peso relativo de preenchimento da casa de OI em P2, de acordo com o tipo de texto

Fatores	Frequência	Peso Relativo
Novelas	34/64 = 53%	.62
Entrevistas	10/36 = 28%	.30
Total	44/100 = 44%	

Tabela 2: frequência e peso relativo de preenchimento da casa de OI em P3, de acordo com o tipo de texto

Observando as tabelas 1 e 2, vemos que a hipótese foi confirmada. Os valores de frequência e os pesos relativos mostram realmente que as novelas favorecem a presença das

²⁶ Os pesos relativos vão de 0.0 a 1.0. Um fator com peso: (i) maior que 0.5 favorece a realização do pronomes; (ii) menor que 0.5 inibe a sua realização; (iii) igual a 0.5 não interfere no preenchimento do OI.

formas pronominais, já as entrevistas a desfavorecem. Este fator se mostra relevante tanto em P2 como em P3, relembando ainda que ele foi selecionado nas três rodadas do Varbrul.

Considerando, em segundo lugar, a questão das formas pronominais (*lhe, te, a você, para você, a ele, para ele*), que concorrem para o preenchimento da casa do objeto indireto, formulamos a hipótese de que o grau de formalidade estaria vinculado à escolha daquelas formas nos textos de entrevistas e novelas.

Nas entrevistas, quando a forma pronominal é utilizada, o alto grau de formalidade condicionaria o uso de formas pronominais padrão: *te* na 2ª pessoa, *lhe* na 3ª pessoa. Ao contrário das entrevistas, as novelas que, conforme já mencionado acima, procuram representar a língua coloquial, informal, estariam mais suscetíveis à penetração de formas pronominais não-padrão (*a você, para você, a ele, para ele*).

O resultado desta análise é exibido nas tabelas 3 e 4.

Tipo de texto	Clíticos		Prep.+pron.tônico	
	<i>Te</i>	<i>lhe</i>	<i>a você</i>	<i>para você</i>
Novela	76	13	3	25
entrevista	5	8	2	11
Total	81	21	5	36

Tabela 3: número de ocorrências de formas pronominais de P2 conforme o tipo de texto

Em relação à 2ª pessoa, a tabela 3 nos mostra que o clítico *te* é de longe a forma mais utilizada nas novelas (76 ocorrências), o que não confirmaria a hipótese de que este tipo de texto tenderia ao uso de formas não-padrão. Mas, devemos levar em conta que o uso de *te* está atrelado à referenciação do pronome *você*, como ilustrado no exemplo abaixo:

- (27) vai ser uma injustiça se **você** tiver que dividir tudo o que seu pai **te** deixou
(I.37,p.3)

Além disso, quando o clítico é utilizado nas novelas, a escolha também recai sobre a forma alternativa *lhe* (com valor de 2ª pessoa), ainda que em menor escala. Esta forma concorre com outras formas alternativas (*a você, para você*). Isto é um reflexo da mudança no sistema

pronominal brasileiro, já apontada por vários autores, que mencionam a migração do *lhe* para a 2ª pessoa, e a utilização de *te* em referência a *você*.

A tabela 3 indica que o número de ocorrências de utilização das formas pronominais de P2 nas entrevistas, por seu lado, é muito pequeno, de forma que não podemos fazer uma afirmação categórica sobre a relação entre a escolha de formas padrão e este tipo de texto. De qualquer forma, podemos notar que o número total de ocorrências de formas alternativas (21) supera o número de instâncias da forma padrão *te* (5 ocorrências).

Contrariamente ao que foi encontrado em P2, o que vemos em P3 é a quase extinção do pronome clítico *lhe* para referência da 3ª pessoa (conferir tabela 4 adiante). Tanto nas novelas como nas entrevistas, o que predomina é o uso da forma *preposição + pronome tônico*, principalmente com a preposição *para*²⁷.

Tipo de texto	Clíticos	Prep.+pron.tônico	
	<i>lhe</i>	<i>a ele</i>	<i>para ele</i>
novela	1	9	24
entrevista		1	9
Total	1	10	33

Tabela 4: número de ocorrências de formas pronominais de P3 conforme o tipo de texto

Constatamos, portanto, que a hipótese de que o tipo de texto seria um fator relevante para a escolha de formas pronominais padrão não se confirmou de forma total, uma vez que há um número significativo da forma *te* em P2, mas este pronome não se correlaciona com *tu*, mas com *você*; e em P3 a forma *lhe* praticamente inexistente.

Em suma, o tipo de texto não está vinculado à escolha das formas pronominais. O que vemos, de fato, é a predominância de formas alternativas de P2 e P3, tanto nas novelas, quanto nas entrevistas. Como observamos, este fator só é relevante quando se considera o preenchimento x não-preenchimento.

²⁷ Note-se que também em P2 o uso da preposição *para* é predominante.

4.3.2 Natureza Semântica do Verbo

Segundo Borba (1991), *uma descrição que tencione determinar as propriedades sintático-semânticas do verbo tem que tomá-lo como ponto de partida na estruturação da frase.* (1991:ix). Faz-se, portanto, necessária a verificação de como as outras palavras se ordenam com o verbo em diferentes graus de coesão e dependência (valência do verbo).

Partindo da proposição acima, Berlinck (1996) afirma que um ponto central na identificação dos complementos dativos é o modo pelo qual eles estão ligados com o verbo e seus outros complementos. Para a autora, isto corresponde ao grau de envolvimento do referente do pronome no processo descrito, além de se referir à natureza da relação entre este complemento e outros membros da sentença: inclusão, beneficiário, associação, meta, recipiente ou algumas combinações destes. Tais considerações possibilitam esboçar a hierarquia dos dativos. Também o grau de coesão do dativo no complemento verbal constitui o critério de estabelecimento de tal hierarquia, que aliás, ao lado da tipologia verbal, vigora no português hoje, conclui a autora.

Diferenças na característica semântica do verbo e os seus elementos subcategorizados explicam a distinção de quatro tipos básicos de estruturas transitivas: (i) transferência material, (ii) transferência verbal e perceptual, (iii) movimento físico e (iv) movimento abstrato. Nestas construções, o dativo constitui a parte nuclear do complemento verbal.

O grupo dos verbos que representam *transferência material* tem por protótipo o verbo *dar*, e os verbos *alugar*, *atribuir*, *confiar*, *devolver*, *distribuir*, *emprestar*, etc. são representantes desse grupo cujo esquema representativo é [+/- animado] N0 + V + [(+)/ - animado] N1 + {a, para, de} [+/- animado] N2, como nos exemplos:

- a) Não entregaram as mercadorias *ao comprador*.
- b) A gente dá um dado *para ele*, ele fornece outro *para a gente* e a gente acredita no que ele fornece [0].

Fazem parte do grupo dos verbos de *transferência verbal e perceptual*, o qual tem por protótipo o verbo *dizer*, os verbos *aconselhar*, *anunciar*, *assegurar*, *confessar*, entre outros, e apresenta o esquema [+/-animado] N0 + V + [-animado] N1 + {a, para} + [+animado] N2. Este grupo envolve uma transferência abstrata, no ato comunicativo, pois N0 faz com que N2 possua algum conhecimento, uma idéia ou uma certa percepção; isto explica o porquê de N2 ser

sempre [+animado], ou seja, somente uma existência animada pode participar do processo de transferência de conhecimento:

- a) Pedro disse *para seus colegas* que o diretor estava doente.

O grupo de verbos de *movimento físico* implica uma idéia de transferência, a partir de um movimento físico a fim de uma meta. Este grupo tem como protótipo o verbo *levar*, e os verbos como *acrescentar*, *atirar*, *conduzir*, *dirigir*, etc. fazem parte dessa categoria. Em termos sintático-semânticos, a estrutura pode ser descrita como [+/- animado] N0 + V + [+/- animado] N1 + {a, para, em, de} [+/-animado] N2, como em:

- a) No aniversário do amigo levou-*lhe* um livro.
b) Elas *me* trazem esse material todo para ser discutido em aula.

Por fim, há o grupo dos verbos que representam *movimento abstrato*, devido à idéia de movimento, porém de sentido abstrato. Esta categoria tem por protótipo o verbo *submeter*, e fazem parte deste grupo os verbos *acrescentar*, *adaptar*, *anexar*, *conferir*, etc. O esquema que pode representá-lo é [+/- animado] N0 + V + [+/- animado] N1 + {a, para, em} + [+/- animado] N2. Exemplos:

- a) Os trabalhos *lhe* foram submetidos ontem.
b) A reputação dos astros já foi prejudicada pelo amor que os nazis *lhes* dedicaram.

Este fator mostrou-se significativo na análise do *corpus* da presente pesquisa, pois foi selecionado em P2 e em P3. As categorias consideradas nessa análise correspondem aos quatro tipos de verbos propostos por Berlinck (1996). Os exemplos abaixo retirados do *corpus* ilustram cada uma dessas categorias.

- (i) transferência material:

- (28) Só uma nota de 50 eu não posso **lhe dar**... (Nov- I. 36,p.3)
(29) A família **doou** o coração **pra você**... (Entr- I. 230,p.15)
(30) O que ele **lhe pagou**, né? (Nov- I.172,p.11)

- (31) Um troço estranho... um cara que eu conheci, tava na pior, sabe?Alcoólatra mesmo! Eu **ofereci pra ele** dormir aqui... (Nov- I.194,p.12)
- (ii) transferência verbal/perceptual:
- (32) Moça, eu não **falei pra você** esperar lá fora? (Nov- I. 92,p.6)
- (33) Eu **digo pra você**... (Entr- I. 235,p.16)
- (34) Olhe... meu filho, eu vou **lhe dizer**... (Entr- I. 242,p.16)
- (35) **Pergunta** alguma coisa **pra ele**... (Entr- I. 248,p.17)
- (36) Não **pediram** um trabalho **a ela**... (Nov- I. 277,p.19))
- (iii) movimento físico:
- (37) Com licença, eu vou **lhe ajudar** [a limpar sua camisa]... (Nov- I.78,p.6)
- (38) Eu **guardei** umas **pra você**... (Entr- I. 165,p.11)
- (39) Vou **preparar** uma boa **pra vocês** (Nov- I. 69,p.5)
- (40) Tony... o cara vai **trazer** o dinheiro... (Nov- I. 269,p.19)
- (iv) movimento abstrato:
- (41) Eu vim **te trazer** sorte (Nov- I. 40,p.3)
- (42) Eu acho que nunca vou poder **te agradecer**... (Nov- I. 131,p.4)
- (43) O dia foi maravilhoso, Felipe, eu nem sei como [] **agradecer**... (Nov- I. 79,p.6)
- (44) Eu posso **te fazer** uma pergunta? (Nov- I. 86,p.6)
- (45) (...) pai... nem sei como **lhe agradecer**... (Nov- I. 94,p.7)
- (46) É um elogio que **tô fazendo**... (Entr- I. 198,p.13)

Estabelecemos a hipótese geral de que o preenchimento/não-preenchimento estaria condicionado pela natureza semântica do verbo. As tabelas abaixo mostram os resultados encontrados:

Fatores	Frequência	Peso relativo
Transferência material	$36/42 = 86\%$.72
Transferência verbal/perceptual	$82/133 = 62\%$.44
Movimento físico	$4/4 = 100\%$	-
Movimento abstrato	$21/33 = 64\%$.46
Total	$143/212 = 67\%$	

Tabela 5: frequência e peso relativo de preenchimento da casa de OI em P2 segundo a natureza semântica do verbo.

Fatores	Frequência	Peso Relativo
Transferência material	$9/16 = 56\%$.68
Transferência verbal/perceptual	$26/75 = 35\%$.46
Movimento físico	$1/1 = 100\%$	-
Movimento abstrato	$8/8 = 100\%$	-
Total	$44/100 = 44\%$	

Tabela 6: frequência e peso relativo de preenchimento da casa de OI em P3 segundo a natureza semântica do verbo.

Examinando os pesos relativos apresentados nas tabelas 5 e 6, vemos que os verbos de transferência material favorecem decisivamente a realização das formas pronominais dativas (peso relativo .72, em P2 e .68 em P3).

Já os verbos de transferência verbal/ perceptual (peso relativo: .44 em P2, .46 em P3) e de movimento abstrato (.46 em P2), por outro lado, desfavorecem o preenchimento da casa do objeto indireto.

Cabe notar que as frequências de 100% de realização do pronome encontrada nos contextos de verbos de movimento físico, em P2 e em P3, e verbos de movimento abstrato, em P3, não podem ser consideradas como significativas, devido ao baixo número de ocorrências destes verbos no *corpus*.

Tais resultados suscitaram a indagação: por que os verbos de transferência material favorecem o preenchimento?

Então, aventamos inicialmente a hipótese de que tal implicação estaria imbricada com a questão da previsibilidade do elemento dativo na construção, ou seja, sendo o complemento necessário num dado contexto, para esclarecimento do referente do objeto, o falante optaria por preservar a informação semântica, explicitando, portanto, esse objeto.

Há complementos que são “mais” exigidos pelo verbo do que outros. O verbo “*dar*” (transferência material), por exemplo, exige um Beneficiário, que tem um papel fundamental como argumento, como ilustra o exemplo (28). Já com os de transferência verbal/perceptual, mais especificamente os verbos *dicendi* como “*dizer*”, como em (32), parece que não há uma exigência em se explicitar o complemento dativo, o que se focaliza é o complemento direto neste contexto.

(28) Só uma nota de 50 eu não posso **lhe dar**... (Nov- I. 36,p.3)

(32) Moça, eu não **falei pra** você esperar lá fora? (Nov- I. 92,p.6)

Uma outra questão que abordamos se refere à possível relação entre a natureza semântica do verbo e o tipo de preposição empregada no contexto *preposição + pronome tônico*. Berlinck (2000b) constata que os verbos de movimento e de transferência material envolvem uma variação entre as preposições *para/a*. Os verbos de transferência verbal/perceptual, por outro lado, são mais utilizados com a preposição *para*.

Em nossa análise, também notamos o predomínio da preposição *para* (69/84=82%), mas a variação entre os dois tipos de preposição praticamente inexistente, pois o número de ocorrência com a preposição *a* (15/84=18%) é irrisório. Na questão da variação entre *a* e *para*, de acordo com Berlinck, está implicado o papel semântico de *meta* na construção de complementos verbais preposicionados, no PB moderno.

O elevado número de uso da preposição *para* com verbo de transferência verbal/perceptual encontrado em nosso *corpus*, conforme ilustra o gráfico a seguir, corrobora os resultados encontrados por Berlinck, ou seja, ao estudar textos do século XIX, a autora constatou que o uso da preposição *para* com esse tipo de verbo, somente ocorreu nas comédias de Simões Lopes, datadas no fim daquele século, observado na fala de uma criança. Fato que para a autora representa um indício da expansão do uso dessa preposição no PB moderno.

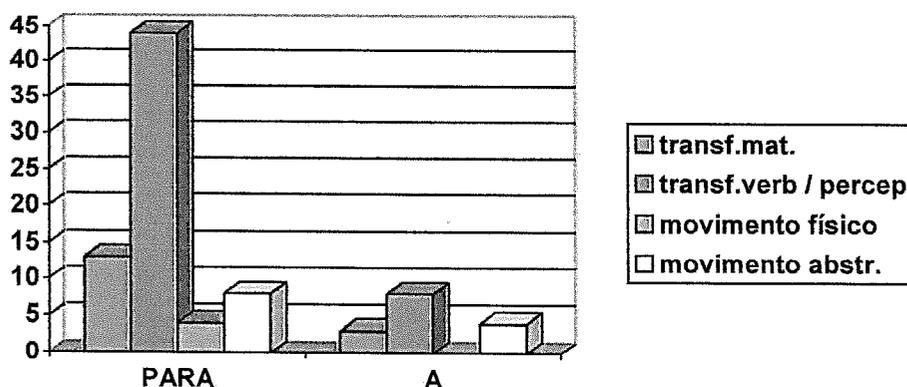


Gráfico 1: número de ocorrências das preposições *para* e *a* segundo a natureza semântica do verbo

4.3.3 Estatuto informacional do complemento

O fator estatuto informacional concerne à informação veiculada pelas formas pronominais dativas (clítico, preposição + pronome tônico, categoria vazia), considerando os contextos lingüístico e situacional. Para determinar se o complemento constituía informação dada ou nova, seguimos os critérios de Halliday (1994).

Segundo o autor, cada unidade de informação consiste de um elemento dado acompanhado por um elemento novo. Isso significa que um discurso tem que iniciar em algum lugar, onde figura o elemento novo. Este recebe geralmente uma entonação enfática. A informação nova constitui informação relevante, ou seja, a qual o ouvinte interpretará como impreviável, não disponível no discurso anterior nem na situação de comunicação.

Já o dado, de natureza fórica, corresponde a algo já apresentado no contexto verbal ou situacional, podendo tomar a forma de uma elipse, como é o caso do nulo anafórico, cujo referente pode ser recuperado no texto ou na situação²⁸.

Propomo-nos, portanto, a analisar o papel do estatuto informacional desses pronomes, no sentido de explicar sua presença ou sua ausência nos contextos em que ocorrem ou podem ocorrer.

²⁸ Encaramos o discurso como um processo, e não como um produto. Isto implica que só foram considerados os referentes anteriores à ocorrência, para classificar como dado e novo.

O programa do Varbrul selecionou o fator estatuto informacional do complemento como estatisticamente significativo somente na 3ª pessoa. Os exemplos abaixo ilustram os contextos encontrados no *corpus*:

a) Informação nova

O pronome constitui informação nova nos seguintes casos:

- (i) mudança de referente entre o antecedente e a anáfora – mesmo se o referente já foi mencionado no discurso precedente, este pode constituir informação nova.

Exemplo:

- (47) Vai na Polinter... dá uma apoio **pra ele** aí ! Agora meu filho ficou impressionado como vocês conseguem extrair sem prejudicar o meio ambiente ... Me diz uma coisa, Helena ... (Nov- I. 210,p.14)

Em (47), o referente da forma pronominal *pra ele* é Cristiano Reis, que não está presente na situação de comunicação. Este, no entanto, é mencionado pelos interlocutores, mas esta menção se encontra muito distante da anáfora, e entre antecedente e anáfora ocorre mudança de referente. Dessa forma, ainda que seja anafórica, a forma pronominal passa a ser informação nova, necessária para evitar ambigüidade, na medida em que há vários referentes concorrentes no contexto.

- (ii) o pronome é marcado pela entonação. Exemplo:

- (48) Inf.1: Pergunta alguma coisa **PRA ELE!**
 Inf.2: E você tá namorando? (Nov- I.248, p.17)

O contexto que precede o exemplo (48) é o seguinte: um rapaz da platéia faz uma pergunta ao entrevistado e este a responde. O apresentador do programa (Inf.1), então, pede que a pessoa que está sendo entrevistada (Inf. 2) faça uma pergunta para este rapaz da platéia. Trata-se, portanto, de uma situação inusitada, inesperada para o espectador. E consciente disto, o apresentador pronuncia a forma pronominal com uma entonação enfática, evidenciando a informação nova, imprevisível.

(iii) o pronome estabelece contraste com outro referente. Exemplo:

- (49) Inf.1: Prefeita, caso a senhora ganhe a eleição... qual é a garantia que a população terá que a senhora não vai ser candidata?
 (...)
 Inf.2: Prefeita?
 Inf.3: Posso tentar explicar **pra ele** também porque cheguei a essa conclusão ... né? (Entr- I. 297,p.20)

Em (49), a situação lingüística remete a uma pergunta feita inicialmente por um telespectador (Inf.1), via internet, que indagava à prefeita se ela, quando reeleita, abandonaria tal cargo para concorrer ao governo de São Paulo. A prefeita não lhe respondeu imediatamente, o que resultou em outras perguntas feitas pelos jornalistas da banca (Inf. 2), ali presentes. E quando a prefeita tomou o turno, ela decidiu responder ao telespectador, e não aos jornalistas que ali estavam. De modo que a forma [preposição + pronome tônico] *pra ele* figurou como informação nova.

(iv) catafórico, remetendo a um referente posterior. Exemplo:

- (50) Fui maldando os poemas, as canções... de repente cometi um lapso horrórico ... Lá pelas tantas eu falei [0] ... tudo isso é pra Tereza (Entr- I. 223,p.15)

O exemplo (50) constitui uma narração, em discurso indireto, que poderia ser parafraseado do seguinte modo “eu falei pra Tereza que tudo isso era pra ela”.

b) Informação dada

A informação dada abrange os casos de anáfora, contexto em que o pronome pode ser tanto explicitado, quanto elíptico. Exemplos:

(i) Nulo anafórico:

- (51) Inf.1: Palmira, você acha que a *Darlene* vem aqui hoje?

Inf.2: Não sei... se a senhora quiser, eu posso dar [0] o recado. Eu sou vizinha dela! (Nov- I. 175,p.11)

(ii) Pronome expresso

(52) Inf.1: *Ele* [o pai] voltou a beber?

Inf.2: Não! Te dou a minha palavra que não! Oh, querido, meu amor, deixa eu te explicar... Consegui um advogado muito bom **pra ele**. (Nov- I.167,p.11)

A hipótese estabelecida é a de que a realização do pronome estaria relacionada à informação dada, e o novo implicaria preenchimento.

Fatores	Frequência	Peso Relativo
Novo	7/9 = 78%	.85
Dado	37/91 = 41%	.46
Total	44/100 = 44%	

Tabela 7: frequência e peso relativo de preenchimento da casa de OI em P3 segundo o estatuto informacional do complemento.

Obviamente se levarmos em conta os pesos relativos apresentados para este fator, segundo a tabela 7, notamos que o Novo tende à presença das formas pronominais. Entretanto, observamos que o número de ocorrências do Novo é insignificante em comparação ao Dado, sendo 7 casos de 9 ocorrência, contra 37 de 91 casos, respectivamente. Porém, deve-se levar em consideração que o Novo de fato necessita de preenchimento, pois sem isto não haveria a possibilidade de identificar o referente na interação comunicativa.

Já o Dado tanto poderia figurar nos contextos de preenchimento, como de não-preenchimento, visto que a recuperabilidade do referente estaria resguardada pela referenciação anafórica. A tabela 7 confirma essa hipótese funcional, mostrando que o falante tende a optar pela categoria vazia quando o referente constitui informação já apresentada e, portanto, conhecida pelo interlocutor.

4.3.4 Pessoa gramatical

Berlinck (1999) identificou a pessoa gramatical do complemento como um fator importante para a variação e a mudança na expressão do objeto indireto. Para tal, a autora analisou os *corpora* constituídos por comédias do século XIX e entrevistas do JUC e do PEUL, amalgamados no que ela chamou de PBM.

Nesse refinamento da análise, Berlinck constatou que as três formas de manifestação do OI – (i) clítico dativo, (ii) preposição + pronome tônico e (iii) nulo anafórico – ocorriam diferentemente segundo a pessoa gramatical que expressavam. O índice de uso do clítico é praticamente nulo na 3ª pessoa, mas se mostra elevado quando a referenciação é de 1ª pessoa e, principalmente, de 2ª pessoa (pronome *te*, conforme exemplo (d) abaixo). Quanto ao nulo anafórico, além de verificar que essa é a forma mais recorrente, apurou também que sua frequência na 3ª pessoa é muito mais acentuada. Os exemplos abaixo extraídos do estudo de Berlinck indicam tais constatações:

- a) Que o dia que eu fui reclamar na prefeitura, a prefeitura disse [] que isso aqui era um beco-sem saída.
- b) Se ela tivesse dúvida de alguma coisa, chega perto de mim, sabe? se eu souber, eu explico [], eu falo [], sabe?
- c) Eu digo *pra ela* que eu acho que eles são alienados.
- d) Tô *te* dizendo. Apartamento em Caiobá por menos de uma milha você não pega. Por dia.

Conforme já sugerido acima, a anáfora zero parece ser mesmo uma variante de “peso”, quando o assunto é o preenchimento do objeto indireto; basta ver a convergência dos trabalhos. Freire (2000), assim como Berlinck, apresenta em seus estudos uma tabela de variantes disponíveis para o preenchimento do complemento dativo, no português brasileiro, na qual se observa: um percentual de 36% de ocorrências de dativo nulo, perdendo somente para o pronome lexical que teve um total de 57%, e para o SN anafórico (7%), e nenhuma ocorrência do clítico de 3ª pessoa.

Freire também chama atenção para o fato de que muitas pesquisas lingüísticas têm demonstrado um crescente emprego do clítico *lhe* para a referenciação da 2ª pessoa, na variação

brasileira²⁹, em detrimento da 3ª pessoa. Embora o autor destaque que em seu trabalho o emprego desse clítico foi insignificante, havendo apenas duas ocorrências:

a) Doc.: Vamos falar sobre jogos, o senhor assiste jogo?

Loc.: Olha eu, como eu *lhe* disse, assisto tudo, sou fã incondicional de futebol.(PB)

O autor hipotetiza que a utilização de *lhe* para a 2ª pessoa deve-se à adoção do pronome *você* em lugar de *tu*, no português do Brasil. Ou por outro lado, acrescenta o autor, pode ser consequência do desaparecimento do clítico *o* na variedade brasileira e, também, por questões de estratégia de formalidade/informalidade, sendo a forma *lhe é* preferida para a formalidade e o *te* para a informalidade.

Considerando estes estudos, resolvemos aplicar este fator em nossa análise. Então levantamos as seguintes questões:

1. Preenchimento x não-preenchimento da casa do objeto indireto estaria sendo condicionado pela pessoa do discurso?
2. Quando ocorre o preenchimento, de acordo com a pessoa, qual a forma eleita para representar o complemento?

Cabe notar que este fator só pôde ser aplicado quando consideramos as duas pessoas (P2 e P3) conjuntamente. E nesta rodada feita no Varbrul, o fator pessoa gramatical foi selecionado como estatisticamente significativo.

O resultado relativo à primeira questão é exibido na tabela 8 a seguir.

²⁹ A autora analisa dados do PE, mas restringimos nossas observações aos resultados encontrados nos dados do PB.

Fatores	Frequência	Peso relativo
2ª pessoa	143/212 = 67%	.56
3ª pessoa	44/100 = 44%	.38
Total	187/312 = 60%	

Tabela 8: frequência e peso relativo de preenchimento da casa de OI segundo pessoa gramatical

Os pesos relativos e as frequências da tabela 8 revelam que a 2ª pessoa favorece o preenchimento da casa de OI, enquanto a 3ª o desfavorece. Tais resultados corroboram o estudo de Berlinck (2000), o qual aponta a predominância do nulo anafórico, quando o complemento é de 3ª pessoa.

Pessoa gramatical	Clíticos		Prep.+pron.tônico	
	<i>te</i>	<i>lhe</i>	<i>a / para</i> <i>you</i>	<i>a / para</i> <i>ele</i>
2ª Pessoa	81	21	41	-
3ª Pessoa	-	1	-	43
Total	81	22	41	43

Tabela 9: número de ocorrências de formas pronominais segundo a pessoa gramatical.

A segunda questão consistia no fato de verificarmos qual a forma mais usada no contexto de preenchimento (tabela 9). Assim, como mencionado anteriormente, os dados revelaram que a forma pronominal mais recorrente na 2ª pessoa é o clítico *te* (81 ocorrências), que concorre com a forma *preposição + pronome tônico* (41). Em terceiro lugar, está o clítico *lhe* com valor de 2ª pessoa.

Já na 3ª pessoa, praticamente não há variação entre as formas, o que ocorre é um predomínio da forma pronominal tônica, em substituição ao clítico *lhe*, o qual figura uma única vez no *corpus*, na fala de um advogado:

- (53) Ubaldo Quintanilha é o verdadeiro autor da música. (...) Que seja declarado que **lhe** cabem os direitos. (Nov- I. 90,p.6)

O gráfico a seguir sumariza os resultados das tabelas 8 e 9:

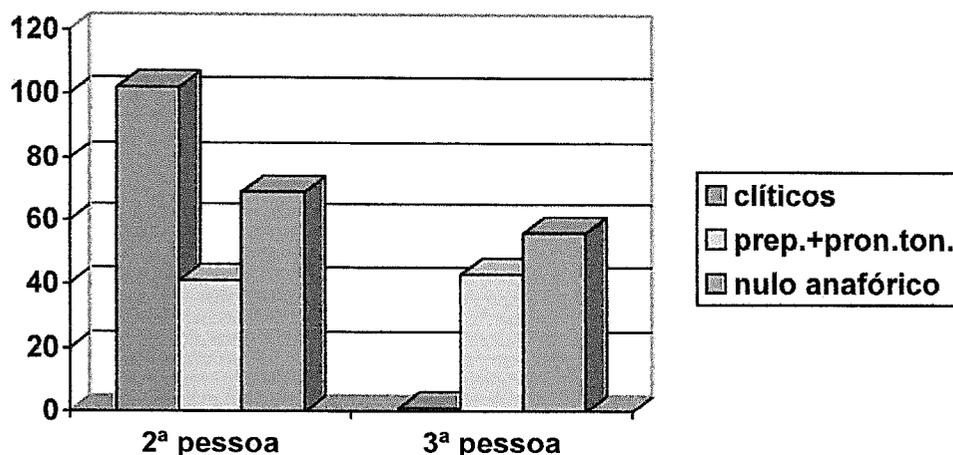


Gráfico 2: Número de ocorrências de formas pronominais dativas encontradas no *corpus*.

4.3.5 Acessibilidade do antecedente

O fator acessibilidade do antecedente foi estabelecido com base em Berlínk (2000), que propõe a necessidade de se verificar a influência de fatores de natureza discursiva no âmbito da expressão do complemento dativo anafórico no Português Brasileiro. Para isso, a autora contou com trabalhos de Ariel (1988), para quem a acessibilidade do referente está associada ao processamento da informação, apontando assim, para a hipótese de que “quanto mais acessível for o referente para o interlocutor, menos informação o falante terá que lhe fornecer para que ele opere a recuperação da referência”, o que implicaria o uso de expressões mais curtas (quanto à forma) e mais leves do ponto de vista fonológico por parte do falante.

Para a verificação do fator Acessibilidade do antecedente, na presente pesquisa, foi considerada a distância entre o elemento anafórico e o seu antecedente, segundo a contagem de orações que os separam, conforme exemplificado abaixo:

- a) Própria oração: antecedente e anáfora na mesma oração.

- (54) *Darlene*, eu já **te** respondi... (Nov- I. 46,p.2)
 (55) (...) a *Vitória*... agradece **a ela** por mim... (Nov I. 23,p.1)
 (56) Oh, *moça*... eu não falei **pra você**... (Nov- I. 83,p.4)

b) Oração imediatamente anterior: antecedente apresentado na oração anterior:

- (57) Tava aqui... *pai*, quanto eu **lhe** devo? (Nov- I. 84,p.4)
 (58) *Sal*... eu acho que nunca **te** disse isso... (Nov- I. 110,p.5)
 (59) *Estela*... eu queria... eu vou **te** pedir... (Nov- I. 21,p.1)

c) 2 a 5 orações entre antecedente e anáfora:

- (60) *Joelzinho*... eu sei exatamente o que é crematório! Eu pensei em cremar teu cérebro! Dessa vez... o Caio... eu tenho que confessar **pra você** que ele foi muito esperto! (Nov- I. 130,p.7)
 (61) *Felipe*, se a Edilásia tivesse me feito confidências, eu não teria o direito de dizer nada **a você**! (Nov- I. 140,p.7)
 (62) (...) a quantia que *você* tá me pedindo é totalmente absurda... eu não posso **lhe** dar... (Nov- I. 114,p.6)

d) 6 a 9 orações entre antecedente e anáfora:

- (63) (...) o *Eliberto* tinha querido me matar pensando que eu armei um esquema pra recuperar o dinheiro que eu tinha acabado de dar **a ele**... (Nov- I. 189,p.10)

e) 10 a 20 orações entre antecedente e anáfora:

(64) Canal de fofocas, *mina?* Ôôôô! Não! o que acontece é o seguinte.. existe um órgão... que é responsável por todos os órgãos que são doados, né? em vida... daí o que acontece é... deu alarme... existe um coração... quem está na fila? Existiam duas pessoas na frente do Nórton... essas duas pessoas... uma estava com uma infecção muito grande, não conseguiria é... fazer o transplante... a outra pessoa precisaria de um transplante duplo... se eu não me engano... não deu certo o primeiro, não deu certo o segundo... qual é a próxima prioridade? Não é por ser o Nórton... aí o coração veio... aí eu tô contando essa história **pra você**... (Entr- I. 234,p.15)

(65) *Prefeita*... eu tava conversando com Mauro e... chegamos... chegamos à conclusão que é uma mulher bonita e tá sorrindo pouco... Nós gostaríamos que ela sorrisse mais... O que o Markum falou com relação à imprensa... o tratamento que a imprensa ... que a TV Band **lhe** deu ontem... (Entr- I. 300,p.21)

Tomando por base o estudo de Berlinck (2000), estabelecemos as seguintes hipóteses:

- (i) quanto mais próximo o referente, maior a probabilidade de apagamento do pronome anafórico;
- (ii) a maior distância entre eles favoreceria o preenchimento da casa do objeto indireto por uma forma pronominal;
- (iii) quanto maior é a acessibilidade do antecedente, menor será a forma utilizada.

Cabe notar que o fator acessibilidade do antecedente da forma pronominal só foi selecionado pelo Varbrul quando consideramos as duas pessoas (P2 e P3) em conjunto. Por este motivo, os resultados exibidos a seguir contêm os dados dessas duas pessoas gramaticais.

Fatores	Freqüência	Peso Relativo
Antecedente na própria oração	23/31 = 74%	.66
Oração imediatamente anterior	47/79 = 59%	.50
2 a 5 orações anteriores	70/132 = 53%	.45
6 a 9 orações anteriores	14/26 = 54%	.40
10 a 20 orações anteriores	9/13 = 69%	.73
Total	163/281 = 58%	

Tabela 10: freqüência e peso relativo de preenchimento da casa de OI em P2 e em P3 segundo a acessibilidade do antecedente³⁰

A tabela 10 nos mostra que a primeira hipótese não foi confirmada, já que mesmo quando o antecedente se encontra muito próximo do termo anafórico, na mesma oração, o que ocorre é o preenchimento da casa do objeto indireto pelas formas pronominais (cf. peso relativo de .66), as quais veiculam, portanto, informação redundante. O contexto em que o referente se encontra na oração imediatamente anterior não influi no preenchimento (peso relativo .50).

A segunda hipótese igualmente não se mostrou válida, nos contextos em que há de 2 a 5 e de 6 a 9 orações entre o antecedente e a forma pronominal (pesos relativos de .45 e .40, respectivamente), pois nestes casos, o que vemos é a distância desfavorecendo o preenchimento, ou seja, o contrário do que foi esperado. O que se aventava inicialmente era o preenchimento, uma vez que isto facilitaria a identificação do antecedente da forma pronominal anafórica, já que no discurso poderiam existir vários referentes em competição, principalmente no contexto de 6 a 9 orações. Berlinck (2000), quando compara dados dos séculos XIX e XX, também constata que há um aumento do não-preenchimento do objeto, mesmo em contextos em que o antecedente se encontra de 6 a 9 orações distantes.

No contexto de 10 a 20 orações intervenientes entre o antecedente e a anáfora, por outro lado, a segunda hipótese apresenta-se pertinente, pois de fato este contexto tende a favorecer o preenchimento, facilitando a identificação do referente por parte do ouvinte (cf. peso relativo .73).

³⁰O total desta tabela não coincide com o total das ocorrências encontradas no corpus (312), devido à exclusão das ocorrências que não dispunham de um antecedente (informação nova).

O gráfico a seguir ilustra os resultados relativos à segunda hipótese.

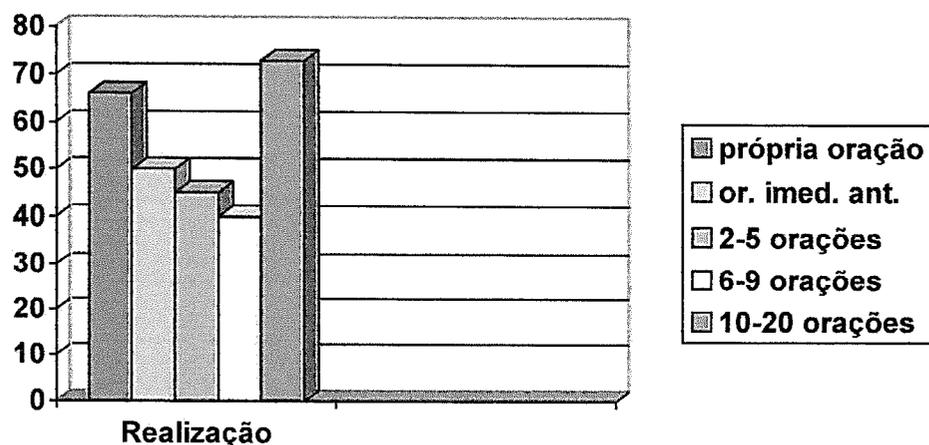


Gráfico3: Peso relativo da realização das formas pronominais segundo a acessibilidade do antecedente, em P2 e P3

A tabela a seguir apresenta os resultados relativos à terceira hipótese.

Fator	Átono	Tônico
própria oração	14/23 = 61%	9/23 = 39%
oração imediatamente anterior	26/47 = 55%	21/47 = 45%
2 a 5 orações	40/70 = 57%	30/70 = 43%
6 a 9 orações	9/14 = 64%	5/14 = 36%
10 a 20 orações	5/9 = 56%	4/9 = 44%

Tabela 11 : Número de ocorrências de formas pronominais tônicas e átonas segundo acessibilidade do antecedente.

Vemos que a hipótese de que quanto maior é a acessibilidade do antecedente, menor é a forma utilizada, se confirmou nos contextos de alta acessibilidade, isto é, antecedente na própria oração e antecedente na oração imediatamente anterior. Nestes casos, há de fato uma maior tendência de utilização das formas pronominais átonas, ou seja, formas leves, corroborando os resultados encontrados nos estudos de Berlinck (2000).

Por outro lado, a hipótese implícita de que formas pronominais tônicas seriam utilizadas nos contextos de menor acessibilidade (de 2 a 5, 6 a 9, e 10 a 20 orações entre antecedente e anáfora) não se mostrou válida.

4.3.6 Traço semântico do referente

A animacidade do referente é um dos fatores semânticos mais difundidos nos estudos de variáveis portadoras de significado. Alguns trabalhos de lingüistas como Omena, 1978; Braga, 1986; Paredes Silva, 1988 e, Duarte, 2002 (*apud* Mollica e Braga, 2003) atestam tal difusão.

Análises de vários fenômenos envolvendo variação entre a presença de pronome pessoal (*te, lhe*), por um lado, e, por outro, a ausência/presença de uma forma alternativa (*a ele, para ele*), têm mostrado que os referentes animados co-ocorrem preferentemente com a variante pronome pessoal, ao passo que referentes não-animados tendem a co-ocorrer com a variante alternativa.

Freire (2000), ao estudar a substituição dos clíticos por formas alternativas num *corpus* composto de amostras de língua oral do português europeu e brasileiro, verificou que o traço [+/-animado] do objeto mostra-se bastante significativo na escolha da variante candidata à representação do objeto anafórico na fala culta do Brasil e de Portugal. Este estudo revelou que o objeto nulo está sujeito a restrições semânticas. No Português do Brasil, entre os SNs com traço [+ humano], há um equilíbrio entre a não-realização do objeto (49% das ocorrências) e o uso das outras estratégias de preenchimento do objeto (clítico, pronome lexical e SN anafórico) que obteve o percentual de 51%.

Já entre os objetos com o traço [-animado], o objeto nulo é de longe o mais usado, visto ter obtido o percentual de 63%, contra 35% do SNs anafóricos e 2% do pronome lexical, no português brasileiro.

Foi a importância dada ao traço semântico nesses estudos que nos motivou a analisar nosso dados, segundo este fator. Devemos salientar, contudo, que na presente pesquisa tal fator não foi significativo, visto todas as ocorrências encontradas no *corpus* apresentarem o traço [+humano].

4.3.7 Faixa etária do informante

A análise dos dados sugeriu-nos a possibilidade de estabelecer correlação entre faixa etária dos falantes e uso de formas pronominais com função dativa. Trabalhos variacionistas que contemplam diferentes aspectos da gramática do Português Brasileiro – concordância verbal, preenchimento das casas de sujeito e objeto direto, entre outros – têm mostrado a pertinência deste fator.

Tarallo (2000) explica que através da correlação entre fatos de uso lingüístico e faixa etária dos falantes é possível se estabelecer, entre outras questões, a mudança em progresso de um fenômeno lingüístico. Estamos levando em conta também a análise da mudança lingüística em tempo aparente – distribuição das variáveis nas várias faixas etárias dos informantes (Labov, 1991).

Na presente pesquisa, foram considerados 3 grupos etários:

1. Jovem: até 39 de idade
2. Meia idade: de 40 a 59 anos;
3. Idosos: acima de 60 anos.

Cabem aqui alguns esclarecimentos. Quando se levou em conta a idade dos falantes das novelas, consideramos a idade da personagem. Esta, contudo, é compatível com a idade do próprio ator que representa a personagem. Sabemos, no entanto, que quando o ator fala, ele está proferindo palavras do autor do texto.

Mediante isto, aventamos a possibilidade de comparar o texto original do autor com a realização lingüística efetiva da personagem. Esta verificação, todavia, não foi possível, visto que só tivemos acesso ao texto veiculado na televisão.

Ainda assim, resolvemos averiguar a questão da faixa etária, mesmo sabendo que se trata de uma idade “fictícia”, no caso das novelas.

Ressaltamos também que este fator foi selecionado pelo Varbrul. Os resultados são exibidos nas tabelas a seguir.

Fatores	Freqüência
Jovem	95/127 = 75%
Meia idade	13/26 = 50%
Idoso	35/59 = 59%
Total	143/212 = 67%

Tabela 12: freqüência de preenchimento da casa de OI em P2 segundo idade do informante

Fatores	Freqüência
Jovem	27/60 = 45%
Meia idade	6/13 = 46%
Idoso	11/27 = 41%
Total	44/100 = 44%

Tabela 13: freqüência de preenchimento da casa de OI em P3 segundo idade do informante

A tabela 12 nos mostra que, em P2, os jovens tendem a preencher consideravelmente a casa dos complementos dativos (freqüência de 75%), em oposição às faixas etárias idoso e meia idade (50% e 59%, respectivamente).

No entanto, a tabela representativa de P3 indica que os dados encontrados em P2 vão de encontro aos da 3ª pessoa, pois a não-aplicação das formas pronominais nas estruturas dativas ocorre com praticamente a mesma freqüência nos três estratos etários: (i) 46% na meia idade, (ii) 45% no jovem e 41% para o idoso.

A disparidade desse resultado entre as pessoas [P2 e P3], levou-nos a cruzar os fatores a fim de conseguirmos uma visão mais clara destes dados.

Averiguamos inicialmente a possibilidade de o preenchimento x não-preenchimento estar atrelado ao tipo de texto. Vejamos a tabela a seguir:

	2ª pessoa		3ª pessoa	
	Novela	Entrevista	Novela	Entrevista
Jovem	86/113 = 76%	9/14 = 64%	25/48 = 52%	2/12 = 17%
Meia Idade	5/10 = 50%	8/16 = 50%	1/1 = 100%	5/12 = 42%
Idoso	26/39 = 67%	9/20 = 45%	8/15 = 53%	3/12 = 25%

Tabela 14: frequência de preenchimento da casa de OI em P2 e em P3 segundo a idade do informante e o tipo de texto

A análise apresentada na tabela 14 tinha como objetivo separar os dados conforme o tipo de texto, já que, como dissemos anteriormente, há por um lado os entrevistados, e por outro, as personagens, que são fictícias e cuja fala é reprodução de um texto escrito. Interessamos, nesta tabela, examinar apenas os dados dos entrevistados.

Se considerarmos só os dados de 2ª pessoa nas entrevistas, vemos que há um decréscimo na frequência de uso de formas pronominais conforme a faixa etária: os jovens são os que mais utilizam as formas pronominais (64%); os falantes de meia idade, por seu turno, encontram-se em um nível intermediário (50%); e os idosos por fim apresentam uma frequência menor de preenchimento da casa do OI. Este padrão é condizente com uma mudança em tempo aparente, em direção a um maior índice de utilização de formas pronominais explícitas.

Já na 3ª pessoa, o fator não se mostra significativo, uma vez que há uma tendência generalizada de não-preenchimento, ainda que esta seja maior entre os falantes jovens.

Verificamos ainda a possibilidade de haver uma relação entre a idade do informante e o tipo de forma pronominal utilizada. Os resultados são exibidos nos gráficos a seguir.

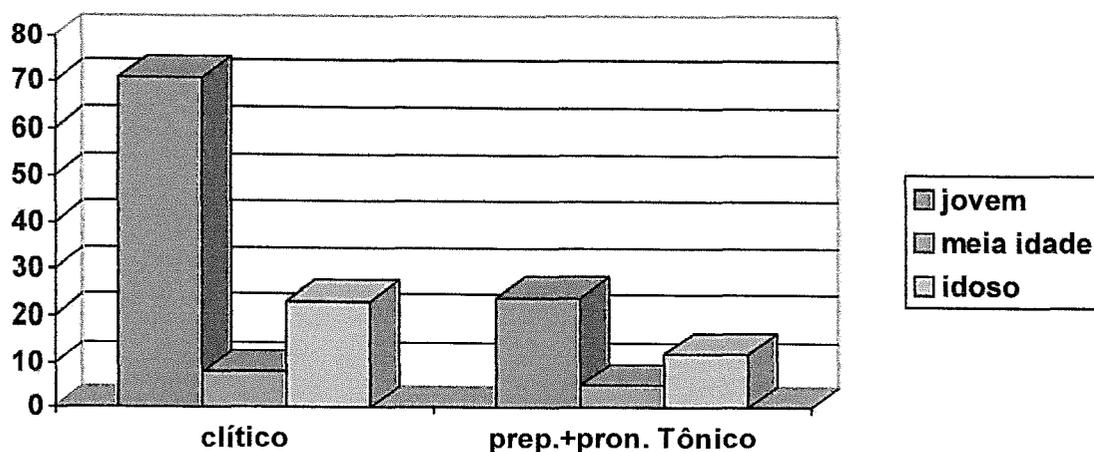


Gráfico 4: número de ocorrências de preenchimento da forma pronominal em P2 conforme a idade do informante

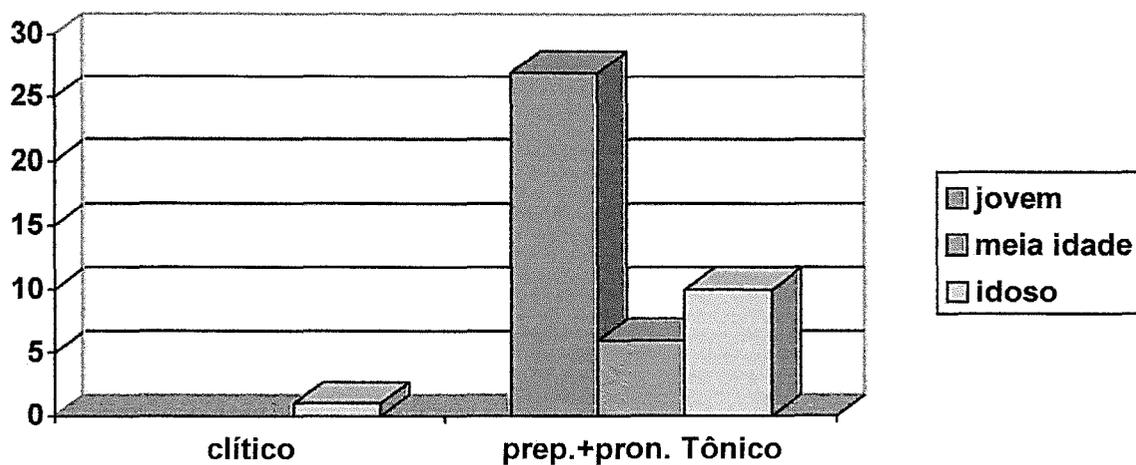


Gráfico 5: número de ocorrências de preenchimento da forma pronominal em P3 segundo a idade do informante

Os gráficos acima nos permitiram constatar que em P2 os jovens tendem a preencher as construções dativas com os clíticos (71 ocorrências), sendo desse total 63 com a forma *te* e 8 com *lhe*. Entre os informantes idosos, encontramos 23 casos de preenchimento com clítico (9

para *lhe* e 14 para *te*); e, por fim, 8 casos de clíticos na fala dos informantes de meia idade (4 de *te* e 4 de *lhe*).

Já em P3, predominam os casos de preposição + pronome tônico, como dissemos anteriormente. O que chama a atenção no gráfico 5 é o elevado número de ocorrências desta forma na fala dos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos analisar, de modo sincrônico e quantitativo, a variação entre preenchimento e não-preenchimento da casa do objeto indireto, na 2ª e 3ª pessoas, examinando ainda a variação entre as formas pronominais dativas que são utilizadas no contexto de preenchimento (clítico, preposição + pronome tônico), nos textos televisivos de novelas e entrevistas do Português Brasileiro.

O capítulo 1 tratou da apresentação dos pressupostos teórico-metodológicos, que compreenderam os da Sociolinguística Laboviana e a Linguística Funcional de Halliday e de Dik, os quais nortearam a análise, fornecendo embasamento para o estabelecimento dos fatores lingüísticos e sociais utilizados.

Já o capítulo 2 consistiu na revisão bibliográfica dos compêndios gramaticais e da literatura lingüística acerca dos pronomes dativos de 2ª e 3ª pessoas, objetivando criar um painel ilustrativo acerca do fenômeno sob estudo, nos campos sintático, semântico e discursivo.

Também nesse capítulo discorreremos sobre o sistema pronominal do Português Brasileiro, e tentamos caracterizar a questão da mudança por que tem passado os pronomes pessoais no nosso português.

A descrição do *corpus* sob análise figurou no 3º capítulo, no qual apontamos algumas características dos textos das novelas e das entrevistas.

No 4º capítulo, descrevemos, analisamos e interpretamos os dados, dando notícia acerca dos contextos de variação da P2 e da P3, e procurando verificar quais fatores lingüísticos e sociais condicionariam esta variação. Nesse capítulo também contamos com os programas estatísticos do Varbrul, a fim de se operacionalizar as hipóteses de análise.

Estes programas selecionaram os seguintes fatores: tipo de texto, natureza semântica do verbo, estatuto informacional do informante, pessoa gramatical, acessibilidade do antecedente. O fator mais importante foi o tipo de texto. Este mostrou que as novelas favorecem a presença das formas pronominais, já as entrevistas a desfavorecem.

Retomemos as hipóteses inicialmente estabelecidas:

- (i) os dados apontariam para o preenchimento da casa do objeto indireto com as formas pronominais dativas, no contexto televisivo das novelas e entrevistas;
- (ii) os clíticos corresponderiam às formas mais produtivas naqueles contextos;

- (iii) o clítico *te* representaria a forma mais usada na expressão do complemento dativo, pelos falantes.
- (iv) haveria a migração do pronome *lhe* (3ª pessoa) para a 2ª pessoa do discurso;
- (v) a acessibilidade do referente tenderia a favorecer o uso do clítico, já que estudos de Ariel (1988) e Berlinck (2000) sugerem que quanto maior o grau de acessibilidade, menor a forma. Esta hipótese está baseada na idéia de quanto mais acessível for o referente, menos informação o falante terá que fornecer, podendo, portanto usar formas mais leves do ponto de vista fonológico.
- (vi) o fator social idade seria um forte condicionador entre preenchimento e não-preenchimento das formas pronominais dativas, sobretudo na eleição do clítico *te* como maior forma de expressão.

Assim, partimos do pressuposto inicial de que os pronomes dativos de 2ª e 3ª pessoas como complementos dativos tenderiam ao preenchimento do objeto indireto. E os resultados confirmaram tal tendência na 2ª pessoa, contexto em que constatamos o índice de 67% de realização do pronome, mesmo em oposição a alguns trabalhos que apontam a casa vazia, ou nulo anafórico, como forma preferida, portanto assegurando o não preenchimento. Já na 3ª pessoa, encontramos um percentual de 44% de pronomes explícitos, o que mostra que, neste caso, predominou o não preenchimento.

A segunda hipótese se mostrou válida só na 2ª pessoa, uma vez que os dados mostraram que a forma pronominal mais utilizada naquele contexto é o clítico *te*, mesmo que o seu correferente seja o pronome *você*, e não *tu*.

A análise ainda nos revelou a manutenção do clítico *lhe* no paradigma de 2ª pessoa, conforme já apontado em outros estudos anteriores. Além de corroborar o seu “quase” desaparecimento do cenário da 3ª pessoa, visto termos apurado, no *corpus*, apenas uma (1) ocorrência. Este clítico é substituído pela forma tônica *para ele*.

Ao juntarmos as duas pessoas (P2 e P3) numa só análise, constatamos que a acessibilidade do referente só é relevante no contexto de maior distância entre o antecedente e a forma anafórica (10 a 20 orações), no qual de fato o falante tende a empregar uma forma pronominal explícita para facilitar a identificação do referente.

Quanto à forma, verificamos que realmente formas leves tendem a ser empregadas em contextos de maior acessibilidade (antecedente na própria oração e na oração imediatamente anterior), confirmando a hipótese (v).

Analisando somente os dados retirados das entrevistas, pudemos conjeturar uma possível indicação de uma mudança em tempo aparente, em direção ao preenchimento com formas pronominais, na 2ª pessoa, na medida em que são os jovens os que mais as realizam.

Finalmente, a partir dos fatos elucidados acima, desejamos que o nosso trabalho possa contribuir com os estudos dos complementos verbais no PB, principalmente os dativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M.L.C.V. (2000) O discurso da mídia: a interação nas entrevistas de TV. *Linha d'Água*, n. especial, p.73-77.
- BASTOS, W. A. (2000) A Acessibilidade segundo Dik: Revisão da Hierarquia de Keenan & Comrie, em preparação.
- BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BENVENISTE, E. (1976) O homem na língua, in *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Cia Nacional/Edusp.
- BERLINCK, R. A. (1996) The Portuguese dative. In William van Belle and Willy van Langendonck (eds). V. 1: Descriptive studies. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia.
- _____ (2000) A expressão do complemento dativo anafórico no português brasileiro: o papel de um fator discursivo. *Estudos Lingüísticos*. São Paulo, v 29, pp. 357-362.
- _____ (2000b) O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. *Anais do II Congresso da ABRALIN e XIV Instituto lingüístico*. Florianópolis.
- _____ (2000c) Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do Dativo no Português. Comunicação apresentada no 4º Encontro CelSul. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- BERLINCK, R. A. et alii. (2001) *Sintaxe*. In: *Introdução à Lingüística*. Mussalino, F. e Bentes, A. C. (orgs.). São Paulo: Ed. Cortez.
- BORBA, F. S. (org.) (1991) *Dicionário gramatical de verbos do Português Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Unesp.
- CALVET, Louis-Jean (2002) *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.

- CAMACHO, Roberto Gomes (1994) O papel do contexto social na teoria lingüística. *ALFA*. v.38, pp. 19-36.
- CAMACHO, Roberto Gomes (1999) *Estruturas coordenadas aditivas*. In Neves, M. H. Moura (org.). *Gramática do português falado* – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp.
- CARVALHO, J. A (1979) *A articulação pronominal no discurso*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH, USP.
- CASTILHO, Ataliba (2002c) Teoria Gramatical: Formalismo/Funcionalismo. Postulados da Sintaxe Funcional . In: Castilho, Ataliba de. *Sintaxe Funcional da língua portuguesa, em preparação*.
- CUNHA, Celso. LINDLEY CINTRA, Luís F. (2001) *Nova Gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CYRINO, S. M. L. (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil. In I. Roberts & M. Kato. *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____ (1999) Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In Neves, M. H. Moura (org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP.
- CYRINO, S. M. L. (2002) Para a História do Português Brasileiro: A presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. *Letras de Hoje* 38 (1): 31-47.
- DIK, S. C. (1989) *The Theory of Functional Grammar*. Foris Publications. Dordrecht Holland/Providence RI – U.S.A.
- _____ (1997) *The Theory of Functional Grammar*. Ed. by Hengeveld. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- DILLINGER, Mike (1991) Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.*, v. 7, n.1, pp. 395-407.

- DUARTE, M. E. L. & LOPES, C. R. S. (2003) De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In S. Brandão & M. A. Mota (orgs). *Análise Constrativa de Variedades do Português*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FÁVERO et alii (1999) O jogo interacional nas entrevistas de televisão. In Barros, K. Saito Monteiro de, (org). *Produção textual: Interação, processamento, variação*. Natal: EDUFRN.
- HALLIDAY, M. A. K. (1978). *Language as social interpretation of language and meaning*. Londres. Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. (1994) *An Introduction to functional grammar*. Great Britain, Edward Arnold.
- ILARI, Rodolfo et alii.(1996) *Os pronomes do português falado: roteiro para análise*. In: Ataliba Teixeira de Castilho, Margarida Basílio (orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- ILARI, R. (2001) Anáfora e Correferência: Por que as duas noções não se identificam? *Cad. Est. Linguísticos*, Campinas, (41): 91-109
- KATO, Mary (1998) Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.*, v.14, nº Especial, pp. 145-168.
- LABOV, W. (1994) *Principles of Linguistic change. Internal factors*. Cambridge/Amsterdam/Philadelphia: Blackwell.
- LAKOFF, George (2002). *Metáforas da vida cotidiana* / George Lakoff, Mark Johnson; [coordenação da tradução Mara Sophia Zanotto] – Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.
- LAVANDERA, B. R. (1984) *Variación y Significado*. Buenos Aires, Hachette (1. Los limites de la variable sociolingüística, p.37-46).
- MARCUSCHI, L. A. (2001) Anáfora indireta: O barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, p. 217-258.

MATTOSO CÂMARA JR. J. (1976) *Estrutura da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

_____ (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda.

MENON, O. P. S (1995) O Sistema Pronominal do Português do Brasil. *Letras*, Curitiba, n. 44, p. 91-106.

MENUZZI, Sérgio (2004) A ordem verbo-sujeito no Português do Brasil: para uma comparação das abordagens formalistas e funcionalistas. *Revista da ANPOLL*. v 16. São Paulo: pp 349-384.

MIRA MATHEUS, M. H. et alii (1991). *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.

MOLLICA, C. e BRAGA, M. L. (orgs.) (2003) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.

MORAIS, M.A.C.R.T. (no prelo) A preposição e a caracterização do objeto indireto: aspectos sincrônicos e diacrônicos

MORAIS, M.A.C.R.T. (2003). EPP Generalizado, Sujeito Nulo e Línguas de Configuração Discursiva, em preparação.

MOURA, H. (2002) . Indeterminação e negociação do sentido, em preparação.

NARO, A.J. e SCHERRE, M. M. P. (1993) Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, 9, nº especial, p.437-454. Campinas, Ed. da Unicamp, p. 409-425.

NASCIMENTO, M. do. (1990) Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, v. 6, n. 1, pp. 83-98.

NEVES, Maria Helena de Moura (1994) Uma visão geral da gramática funcional. *ALFAL*, v. 38, pp. 109-127

_____ (1997) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

- NEVES, Maria Helena de Moura (2000) *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- NÓBREGA, Maria Helena (2000) *Análise funcional dos advérbios e adverbiais modalizadores no texto jornalístico*. Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH, USP.
- OLIVEIRA, Marilza de. (no prelo) A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*.
- PRETI, Dino. (1999). Pesquisas na linguagem verbal da Mídia. In: Denilda Moura (org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL.
- SAID ALI, M. (1971) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Melhoramentos.
- SALLES, Miguel (2001) *Pronomes de tratamento do interlocutor no português brasileiro: um estudo de Pragmática Histórica*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, USP.
- SILVA-CORVALÁN, C. (1989) *Sociolingüística. Teoría y Análisis*. Madrid: Editorial Alhambra.
- TARALLO, Fernando.(2000) *A pesquisa sociolingüística*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Ática.
- VILELA, M. (1992) *Gramática de Valências: teoria e aplicação*. Coimbra. Livraria Almedina
- VOTRE, S. J e NARO, A. J. (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, v.7, n.2, pp. 169-184.
- _____ (1992) Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *D.E.L.T.A.*, v. 8, n.2, pp. 285-290.